

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

KÁTIA ARGINA FERNANDES VAZ

**AS AÇÕES INSTITUCIONAIS DIRIGIDAS ÀS MÃES PRESAS, E SEUS FILHOS
QUE COMPARTILHAM O ESPAÇO DA EXECUÇÃO PENAL NA ABRANGÊNCIA
DOS PRESÍDIOS FEMININOS DAS CIDADES DO RJ, SC, AM, PR, BA E MS**

Rio de janeiro
2015

KÁTIA ARGINA FERNANDEZ VAZ

**AS AÇÕES INSTITUCIONAIS DIRIGIDAS ÀS MÃES PRESAS, E SEUS FILHOS
QUE COMPARTILHAM O ESPAÇO DA EXECUÇÃO PENAL NA ABRANGÊNCIA
DOS PRESÍDIOS FEMININOS DAS CIDADES DO RJ, SC, AM, PR, BA E MS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Elaine Martins Moreira

Rio de Janeiro

2015

KÁTIA ARGINA FERNANDEZ VAZ

**AS AÇÕES INSTITUCIONAIS DIRIGIDAS ÀS MÃES PRESAS, E SEUS FILHOS
QUE COMPARTILHAM O ESPAÇO DA EXECUÇÃO PENAL NA ABRANGÊNCIA
DOS PRESÍDIOS FEMININOS DAS CIDADES DO RJ, SC, AM, PR, BA E MS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado à Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em 13 de outubro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Elaine Martins Moreira

Gláucia Lelis Alves

Marilene Coelho

AGRADECIMENTOS

À Deus, onde encontro forças para enfrentamento das desigualdades e adversidades da vida.

Talia, minha filha meu amor eterno, minha maior incentivadora.

Ao meu pai (in memorium), mamãe e irmãos pelo apoio e paciência.

Tadeu, que sempre me dá forças para ir atrás dos meus sonhos.

A Lúcia pela sua amizade e contribuição na revisão do texto.

À Professora Elaine Martins, minha orientadora, pela competência, paciência e amizade.

À Professora Mariléa Inoue, modelo de mestre e amiga.

A Glaucia Lelis e Marilene Coelho professoras queridas pela participação na Banca Examinadora.

A todas as pessoas que contribuíram para a realização deste trabalho.

Obrigada.

A maior cegueira do século XXI é não saber para onde nos levam e não se
mostrar nem uma curiosidade em saber.

Saramago, Roda Viva.

Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem.

Rosa Luxemburgo

RESUMO

O presente trabalho visa conhecer as ações institucionais e a legislação direcionada especificamente às mulheres presas que na condição de mães estão nas unidades prisionais com seus filhos, e com isso pensar sobre toda uma geração invisível que nasce e vive sob o estigma da prisão. No desenvolvimento deste estudo buscamos conhecer a situação de distintas regiões do país, por isso apresentamos resultados referentes ao Rio de Janeiro, o Presídio Feminino Talavera Bruce e UMI- Unidade Materno Infantil –Madre Teresa de Calcutá, na cidade de Manaus, o Centro de Detenção Provisória Feminino-CDPF, em Florianópolis, o Presídio Feminino de Florianópolis e também o Presídio Feminino de Joinville, em Piraquara, a Penitenciária Feminina do Paraná-PFP e a Creche Pré- Escolar “Cantinho Feliz”, em Salvador, a Penitenciária Feminina de Salvador e o Centro Nova Semente e em Corumbá/MS, o Estabelecimento Presídio Feminino de Corumbá- EPFC e Unidade Materno Infantil de Corumbá e retrata, a título de contribuição, a realidade do Centro Federal de Detención de Mujeres, de Buenos Aires. Trata-se, pois, de uma pesquisa construída prioritariamente a partir do método qualitativo numa perspectiva dialética relacional de compreensão e crítica desta realidade, entretanto, com apropriação de dados quantitativos oriundos de fontes secundárias produzidas por institutos de pesquisa nacionais, especialmente do INFOPEN, assim como realizamos uma pesquisa documental sobre produção teórica, conteúdos de leis e normatizações, bibliografias, informações disponíveis no site das unidades que gerenciam a execução penal, reportagens, vídeos, relatórios de pesquisa e observação participante, no caso do Rio de Janeiro. Ao longo de seus capítulos, o trabalho desenha o perfil das mulheres que ocupam as prisões no Brasil – jovens, afrodescendentes, baixa escolaridade, condenadas por crimes de tráfico de drogas e muitas delas, mães – e revela que as ações institucionais para mães presas e seus filhos, não são padronizadas, e sim conduzidas de forma fragmentadas e principalmente de modo pontual, não obedecendo plenamente às legislações vigentes no que se refere aos direitos das mesmas.

Palavras chaves: Encarceramento feminino; Mães presas e seus filhos; Execução penal.

LISTA DE SIGLAS

CNCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

CEDAW- Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women

CF – Constituição Federal do Brasil

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CP – Código Penal

DOP/AGEPEN – Diretoria de Operações/Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

HRW – Human Right Watch

ISAP's – Inspetores de Segurança e Administração Penitenciária

ITCT – Instituto Terra Trabalho e Cidadania e

InfoPen – Sistema de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional

LEP – Lei de Execução Penal

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MJ – Ministério da Justiça

MP – Ministério Público

OEA – Organização dos Estados Americano

ONU – Organização das Nações Unidas

PCDF – Penitenciária Central do Distrito Federal

SEAP – Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro

SUS – Sistema Único de Saúde

UF – Unidade da Federação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 ALGUNS APONTAMENTOS GERAIS SOBRE A HISTÓRIA DA PRISÃO E DO SURGIMENTO DAS PENAS	15
2 A MULHER E CRIMINALIDADE: BREVE TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE GÊNERO E A RELAÇÃO DA MULHER NO INTERIOR DAS AÇÕES CONSIDERADAS CRIME.....	22
2.1 BREVE HISTÓRICO DA CRIMINALIDADE FEMININA	25
2.2 NOTAS SOBRE OS PRIMEIROS REGISTROS DE PRISÃO FEMININA NO BRASIL	26
3 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO SURGIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS E A LEGISLAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES PRESAS.....	29
3.1 OS DIREITOS DAS MULHERES PRESAS E SEUS FILHOS	33
4 SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO ..	37
4.1 AS INSTITUIÇÕES DA EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL.....	38
4.2 OS ESTABELECIMENTOS PENAIS NO BRASIL	44
5 O SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	46
6 DADOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL E DAS CONDIÇÕES DOS PRESÍDIOS FEMININOS	49
6.1 DADOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL E INFORMAÇÕES DE ACORDO COM O SEXO	50
6.2 PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA NO BRASIL.....	51
6.3 CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DAS PRISÕES FEMININAS NO BRASIL	53
6.3.1 SISTEMA PRISIONAL FEMININO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	54

6.3.2	SISTEMA PRISIONAL FEMININO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO	58
6.3.3	SISTEMA PRISIONAL FEMININO – ESTADO DA BAHIA	64
6.3.4	SISTEMA PRISIONAL FEMININO – SANTA CATARINA	66
6.3.5	SISTEMA PRISIONAL FEMININO – ESTADO DO AMAZONAS	69
6.3.6	SISTEMA PRISIONAL FEMININO – ESTADO DO PARANÁ	70
6.3.7	SISTEMA PRISIONAL FEDERAL ARGENTINO	72
6.3.8	SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL – MÃES ESTRANGEIRAS	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS		77
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA		82
APÊNDICE		86
ANEXO		88

INTRODUÇÃO

O interesse pelo estudo a respeito do sistema penitenciário surgiu a partir do trabalho em grupo, intitulado “O Perfil da População Carcerária no Brasil”, apresentado no primeiro semestre de 2014, na disciplina Análise de Indicadores, ministrada pela Professora Zuleica Lopes. No Brasil há diversos estudos sobre a problemática da violência contra a mulher, mas são em menor quantidade as pesquisas que tratam da criminalidade feminina. Pouco se sabe das especificidades do encarceramento feminino, principalmente no que se refere aos direitos daquelas que são mães e seus filhos.

Um elemento importante a destacar refere-se ao crescimento do encarceramento feminino no país nos últimos anos. Segundo dados obtidos pelo InfoPen, a população carcerária masculina cresceu 130% entre 2000 e 2012, já a população carcerária feminina cresceu 246% no mesmo período. No ano de 2000 eram 10.112 mulheres presas, em 2012 este número é de 35.039, sendo que 80% são mães com filhos dentro e fora da prisão percentual este apresentado pelo Jornal O Globo, reportagem “Mãe Presas, Filhos Condenados” – Jornal O Globo de 23/12/2013.

Para este trabalho delimitamos o tema do encarceramento feminino para o estudo sobre “*As Ações Institucionais Dirigidas às Mães Presas na abrangência dos Presídios Femininos localizados nos estados do Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina, Amazonas e Paraná*”. A proposta se dá no sentido de buscar conhecer os direitos que essas mulheres possuem a partir da legislação nacional, e internacional, relacionadas aos direitos humanos e como isso se expressa, ou não, nas ações desenvolvidas pelas unidades prisionais em distintas regiões do Brasil para as mulheres que estão aprisionadas, especialmente na relação com seus filhos pequenos.

Diante de estudos e leituras realizados anteriormente à redação deste trabalho partimos da hipótese que os direitos das pessoas aprisionadas declarados nos instrumentos legais nacionais e internacionais quando confrontados com a realidade brasileira, via de regra, não são cumpridos integralmente nas instituições prisionais, vamos adiante observar se esta hipótese se confirmou.

O trabalho tem como objetivo mostrar as ações institucionais relativas a situação específica vivenciada pelas mães que compartilham com os filhos o mesmo espaço da execução penal nos presídios femininos pesquisados, dando visibilidade e apresentando uma avaliação crítica no tange a questão do gênero e sua relação com os direitos no país. Focalizamos as questões referentes ao período gestacional, aleitamento e as condições institucionais das mães e as suas crianças que compartilham o espaço prisional. Devemos registrar que não é nosso propósito entrar no debate sobre a questão do tempo de permanência destes filhos com suas mães, assim como qual seria o prazo ideal, porque nos faltam elementos teóricos e técnicos para tal.

Por conseguinte apresentamos neste trabalho a organização e o funcionamento do Sistema Penitenciário a fim de que se tenha uma visão geral, evidenciando suas principais características legais. Os instrumentos legais que disciplinam as ações Institucionais são também utilizados para suporte da análise.

Em sua realização priorizamos a construção desse estudo por meio de pesquisa qualitativa uma vez que esta metodologia possibilita uma melhor abordagem, em razão do seu potencial teórico-metodológico, desenvolvendo uma perspectiva de compreensão e crítica da realidade. Partimos da revisão bibliográfica sobre o tema e assuntos correlatos, leitura dos materiais e registro das informações, pesquisa documental sendo mais recorrente estar os dados disponíveis em meio eletrônico. Os dados quantitativos também subsidiaram a pesquisa como veremos adiante.

A bibliografia jurídica utilizada na pesquisa tem como referências os autores da corrente da “criminologia crítica”, que se fundamentam nos estudos marxistas, questionando o sistema penal de controle do desvio social, os processos de criminalização e os mecanismos de seleção dos delinquentes que se localizam na população pobre, característica das pessoas que recebem a denominação de criminoso.

As técnicas e fontes de pesquisa utilizadas foram: a coleta de dados estatísticos, no site do Departamento Penitenciário Nacional -DEPEN-MJ - Sistema Integrado de Informações Penitenciárias- InfoPen; análise de documentos e

produção teórica; conteúdos de leis e normatizações; informações disponíveis no site das Secretarias Estaduais, que gerenciam a execução penal; reportagens de Jornais e Televisão; vídeos “Caminhos da Reportagem - Separado pelo Crime”¹ e “Cantinho Feliz - Penitenciária Feminina de Piraquara”², outros trabalhos de conclusão de cursos produzidos e disponibilizados para pesquisa on-line, informações fornecidas pela Pastoral Carcerária de Joinville, da Escola Penitenciária do Amazonas e do Departamento de Administração Penitenciária de SC; assim como também foram fontes de pesquisa o Relatório do Comitê Estadual de Acompanhamento Avaliação e Execução dos Direitos das Mulheres Presas e Egressas da AGEPEN/MS- 2014 e o relatório “Dar à Luz na Sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão”³ realizado no âmbito do Projeto “Pensando o Direito” da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (SAL/MJ) em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea - 2014).

Inicialmente previa-se realizar entrevistas em visitas aos estabelecimentos femininos com as gestoras, assistentes sociais e presas nas Unidades Prisionais Femininas Florianópolis, Manaus e Rio de Janeiro. A delimitação dessas três cidades deu-se pelo fato de ter conseguido o contato com as mesmas e o critério de situarem-se em distintas regiões do país, que poderia dar um retrato mais diverso e abrangente do tema, apesar de não abranger a totalidade da realidade nacional, o que naturalmente não estria na alçada deste trabalho de conclusão de curso. Devido ao curto tempo para realização da pesquisa e a necessidade de avaliação do questionário de entrevista pelo Comitê de Ética, deixamos de utilizar este instrumento. No decorrer do trabalho entendemos que para melhor apreensão da realidade, seria interessante estender sua abrangência territorial, foram, então, incluídas as cidades de Corumbá/MS, Curitiba/PR e Salvador no Estado da Bahia.

¹ Caminhos da Reportagem – Separados pelo Crime. TV Brasil. 07/05/2015. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br.M>.

² **Cantinho Feliz** - Penitenciária Feminina de Piraquara (Parte 1-2). Jornalismo –UniBrasil. Gravação Set/Out de 2010. Projeto de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BWSMKelJS0U>. Acesso em 20 de novembro de 2014.

³ BRAGA, Ana Gabriela Mendes; ANGOTTI, Bruna. **Dar à Luz Na Sombra**: Condições atuais e futuras para exercício de maternidade por mulheres em situação de prisão. 2015

Ao longo da busca por informações nacionais identificamos que o InfoPen - dez/2012 apresenta dados inconsistentes, ou por vezes, a inexistência de informações. Por exemplo, não localizamos indicadores do número de mulheres grávidas, quantidade de mulheres que estão amamentando, dos desligamentos entre mães e filhos no sistema prisional brasileiro e tampouco há apontamento da quantidade de filhos “extramuros”. O InfoPen apresenta, ainda, inconsistência no número de filhos “intramuros”, existência ou não de berçários e creches, nem de Módulos de Saúde Feminino para Gestantes/Parturientes.

No desenvolvimento do trabalho procuramos identificar o cotidiano das mães presas e os direitos que essa condição particular coloca. Obtivemos informações institucionais do de diferentes estados da federação: no Rio de Janeiro, o Presídio Feminino Talavera Bruce e UMI- Unidade Materno I Infantil – Madre Teresa de Calcutá, na cidade de Manaus, o Centro de Detenção Provisória Feminino-CDPF, em Florianópolis, o Presídio Feminino de Florianópolis e o Presídio Feminino de Joinville, em Piraquara a Penitenciária Feminina do Paraná-PFP e a Creche Pré- Escolar “Cantinho Feliz”, em Salvador, a Penitenciária Feminina de Salvador e o Centro Nova Semente; em Corumbá/MS, o Estabelecimento Presídio Feminino de Corumbá- EPFC e a Unidade Materno Infantil de Corumbá. Vale mencionar que as instituições prisionais apresentadas, encontram-se localizadas perto das capitais ou nas capitais, pois, a exceção de algumas unidades do interior de São Paulo, pouco se tem informações sobre existência de estabelecimentos prisionais femininos nas regiões interioranas do país.

No período de busca e leitura de material para subsidiar a pesquisa, tivemos acesso às informações sobre o sistema penitenciário federal feminino da Argentina. A partir daí, entendemos que seria de grande contribuição ao estudo da temática, conhecermos a experiência do Centro Federal de Detención de Mujeres, localizado na cidade Ezeiza, próxima a Buenos Aires que será apresentado no capítulo IV.

Utilizamos, ainda, para a construção desse trabalho, observações obtidas em visita realizada no dia 01/06/2015, Unidade Materno Infantil (UMI) anexa à Penitenciária Feminina Talavera Bruce, no Rio de Janeiro sendo a visita autorizada pela Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP). A unidade é um

espaço destinado a crianças de até 06 meses acompanhadas de suas mães. Na ocasião tivemos acesso às dependências da Unidade, acompanhada pela diretora e sua assistente. Registramos as informações obtidas com a dirigente no diário de campo-pesquisa, bem como, nos foi disponibilizado relatório de atividades na Unidade.

Organizamos a exposição do trabalho em Introdução mais capítulos, que apresentaremos a seguir. O Capítulo I e II abordam a história da prisão e das penas, com apontamentos que vão da Roma Antiga até a Contemporaneidade, destacando as principais Escolas e teóricos da criminologia contemporânea, que serve como um breve panorama do tema. Assim como, também trata da trajetória do conceito de gênero, e, alguns elementos históricos no que se refere à Criminalidade Feminina e da prisão feminina no Brasil.

O Capítulo III traz uma contextualização introdutória sobre os Direitos Humanos com informações históricas e também as normas legais, internacionais e nacionais, destinadas à população carcerária, e as Leis, Resoluções e Normativas que disciplinam o Sistema Penal Feminino no Brasil.

No Capítulo IV e V apresenta a base legal do Sistema Penitenciário Brasileiro, as instituições de execução penal no Brasil e suas funções, os tipos de estabelecimentos penais e algumas das atribuições do Serviço Social no sistema penitenciário.

O Capítulo VI evidencia os resultados obtidos na pesquisa, iniciando com os dados da evolução da população carcerária no Brasil em relação à população nacional, segmentada por sexo, no período de 2000 a 2012. Traz ainda, o perfil das mulheres encarceradas em nível nacional, demonstra também que nas Unidades Prisionais pesquisadas os serviços penais e programas sociais dirigidas as gestantes, às mães e às crianças nas unidades, são inexistentes e precárias, e, deste modo, a violação de direito está presente no cotidiano destes sujeitos.

Finalmente, após a apreensão da dinâmica da realidade nas relações das mães e filhos que compartilham o espaço prisional Brasileiro, evidenciamos o despreparo do Poder Público no tratamento da temática, tanto no que se refere à quantidade de estabelecimentos, quanto ao que concerne a ausência de

comprometimento no atendimento às especificidades das mulheres, principalmente quando se trata da maternidade e das condições de “permanência” das crianças nascidas no ambiente prisional brasileiro.

1 ALGUNS APONTAMENTOS GERAIS SOBRE A HISTÓRIA DA PRISÃO E DO SURGIMENTO DAS PENAS

Neste capítulo apresentamos um resgate histórico geral sobre o surgimento das penas e da prisão para subsidiar nossa compreensão do sistema atual de encarceramento. Partimos da Roma Antiga onde a prisão era desprovida de caráter penal sendo uma medida de custódia, ou seja, não era um espaço de cumprimento de pena uma vez que as sanções neste período se restringiam unicamente às penas de morte e castigos corporais. Desde o feudalismo até a Revolução Francesa eram as penas físicas que prevaleciam, que variavam de acordo com os costumes, a natureza dos crimes e o status dos condenados. A Ordenação de 1670 que regeu este período descrevia os castigos de forma hierárquica: a morte, as galeras, o açoite, a confissão pública e o açoite.

Foucault escreveu que grande parte dessas penas não corporais eram acompanhadas, a título de acessório, de penas que comportavam uma dimensão de suplício. Mas, o que era o suplício?

O suplício penal não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune, não é absolutamente a exasperação de uma justiça que esquecendo seus princípios perdesse todo o controle. Nos excessos “dos suplícios se investe toda a economia do poder”. (FOCAULT, 2013 p.36)

Exceto algumas experiências isoladas de prisões foi a Igreja Católica, na Idade Média, a primeira a tratar sobre a sistematização da prisão. Uma vez que não era permitido sentenciar a morte os monges rebeldes que desviavam das regras do clero transformava a pena para o encarceramento e castigos físicos. Os monges eram recolhidos em celas e obrigados a se penitenciarem.

No final do século XVI e início do século XVII começaram gradualmente as mudanças na forma de punição. São criadas prisões legais destinadas a recolher mendigos, vagabundos, prostitutas e jovens delinquentes que se multiplicavam nas cidades, em razão de problemas na agricultura e à acentuada crise do sistema feudal decorrente da ascensão da industrialização e o desenvolvimento do capitalismo, esse processo de mudança é acompanhado pelo crescimento do pauperismo, e fundamentalmente, dessa concentração da pobreza em torno das cidades que consolidam com o fenômeno da industrialização e urbanização. Essa situação caótica que se instala na sociedade capitalista emergente foi posteriormente denominada de “questão social”.

Segundo Netto (2004), é recente a expressão “questão social”, surge para designar o fenômeno do pauperismo, na terceira década do século XIX, na Europa, em decorrência da instauração do capitalismo industrial concorrencial, onde a pobreza e a desigualdade não estão associadas a escassez de produção mas as condições de exploração do trabalho pelo capital uma vez que pela primeira vez na história “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas”.

O autor explica que a partir da segunda metade desse século a expressão “questão social” é inserida para o vocabulário do pensamento conservador, em caráter de urgência, para a manutenção e defesa da ordem burguesa. A questão social vai perdendo aos poucos sua estrutura histórica determinada sendo naturalizada tanto no pensamento conservador laico quanto no confessional. Para os primeiros a “questão social” é compreendida como consequência da sociedade moderna com características inelimináveis de toda e qualquer ordem social que uma política limitada de intervenção pode ser capaz de amenizá-la e reduzi-las. Já o pensamento confessional reconhece a gravitação da “questão social” mas somente sua exacerbação contraria a vontade divina. Ambas as vertentes compreendem que as ações de enfrentamento a questão social devem ser de moralizadoras e o enfrentamento de suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve a propriedade privada dos meios de produção.

A Revolução de 1848, traz para o cenário político a classe trabalhadora, transformando a passagem em nível histórico universal do proletariado da condição de classe em si a classe para si. A classe trabalhadora traz para o movimento de lutas, a consciência política de que a questão social está necessariamente vinculada à sociedade burguesa e que somente a supressão da ordem capitalista conduz a supressão da mesma. Netto destaca que Marx em seu livro O Capital em 1867, na análise da “lei geral de acumulação capitalista”, desvela que a questão social é constitutiva do desenvolvimento capitalismo, determinada pela exploração que é inerente a relação capital/ trabalho.

Explica ainda que na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, com o crescimento econômico, evidencia-se o período denominado Welfare State, que alguns economistas denominaram “os trinta anos gloriosos” (1945 a 1975). Neste período a questão social e suas manifestações pareciam remeter ao passado e que as mesmas só existiam na periferia capitalista em razão do seu subdesenvolvimento. Somente os marxistas afirmavam que as melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora não modificava a essência de exploração da ordem capitalista. Nos meados do ano de 1970 com o esgotamento da crise econômica, o capital que não tem nenhum compromisso social associado a intelectualidade acadêmica, descobriu a nova questão social.

Ainda, a tese sustentada por Netto, é que não existe uma nova questão social e o que é emergente investigar são as novas expressões da questão social, uma vez que ela é insuprimível sem a supressão da ordem capitalista.

Por fim Netto compreende que o estágio atual do capitalismo contemporâneo, é destrutivo, incide sobre a totalidade da vida social, na forma de barbárie, se generaliza nas formações econômicas sociais, e o enfrentamento da “questão social” por parte do Estado “é tratado de forma articulada e orgânica de repressão às classes perigosas e assistencialização minimalista das políticas sociais”. Dentre o contingente populacional envolvido nesse extrato de “classes perigosas” localiza-se sujeitos como estes que estamos estudando, segmentos das camadas mais empobrecidas da sociedade que por não obter uma oportunidade no mercado de trabalho ofertado pelo padrão burguês de desenvolvimento, entre outro fatores, envolve-se com a criminalidade. A estes, caberá a repressão, e/ou a prisão como

apontou o autor. A um outro segmento se destinarão políticas assistencialistas pontuais, como é o caso dos programas de transferência de renda vigentes no Brasil.

Voltando à história das penas, o que se registra sobre a substituição de mutilações, exílio e morte pelas penas privativas de liberdade, incorre na constatação de que esse fato não se deu por razões humanitárias mas para atender as exigências econômicas que revelava o valor potencial da força de trabalho destes delinquentes.

Já na transição para o Estado burguês, com o objetivo de não desperdiçar mão de obra, e também para controlar melhor a força de trabalho a fim de exploração e de valorização do capital, cria-se em 1552, a primeira *House of Correction*, na cidade Inglesa de Bridewell, estruturada nos discursos filosóficos humanísticos, tendo como propósito limpar as cidades dos vagabundos e mendigos, e, reformar rigidamente os internos através do trabalho obrigatório e da disciplina rígida, sustentados pela ética calvinista do trabalho.

Apesar de o modelo *Bridewell* ter se expandido em toda Inglaterra foi em Amsterdam que as casas de correção atingiram a forma mais desenvolvida, com a *Rasphuis*⁴ e *Spisnhis*⁵, que eram uma combinação de princípios das casas de assistência aos pobres (*poorhouse*), oficinas de trabalho (*workhouse*) e instituições penais.

Essas casas de correção se espalharam pela Europa, transformando a punição corporal pelo trabalho forçado dos seguimentos sociais desprivilegiados, explorando a força de trabalho com o objetivo do lucro. Sobre o verdadeiro propósito das Casas de Correção afirmam Rusche e Kirchheimer (2004, p. 69):

(...) era uma combinação de princípios das casas de assistência aos pobres (*poorhouse*) e instituições penais. Seu objetivo principal era transformar a força trabalho dos indesejáveis, tornando-a socialmente útil. Através do trabalho forçado dentro da instituição, os prisioneiros adquiriam hábitos industriais e, ao mesmo tempo, receberiam um treinamento profissional. Uma vez em liberdade, esperava-se, eles procurariam o mercado de trabalho voluntariamente. O segmento visado era constituído por mendigos aptos, vagabundos, desempregados, prostitutas e ladrões. Primeiramente só os que haviam cometido pequenos delitos eram admitidos; posteriormente, os flagelados, marginalizados e sentenciados com penas longas.

⁴ Casas de correção para homens.

⁵ Casas de correção, para mulheres, destinadas ao tratamento da pequena delinquência.

Historicamente diversos foram os modelos de prisão implementados. John Howard apontam alguns destes paradigmas em seu livro “O Estado das prisões na Inglaterra e Gales” (1776) alguns que propunha a reclusão em células, com o objetivo de estimular a reflexão, o trabalho obrigatório diário, doutrinação religioso buscando transformar a moral do indivíduo e a classificação dos presos, implantado na Inglaterra entre os anos 1775 e 1781. Este modelo foi aperfeiçoado por Jeremias Bentham, filósofo e criminalista inglês, autor do livro Teoria das Penas e das Recompensas (1818) que idealizou um modelo de prisão celular o panóptico, um modelo arquitetônico, de estrutura de forma radial com uma torre de vigilância central de onde é possível observar todas as celas individuais dispostas em volta da torre, podendo exercer o controle total dos presos. O panoptismo influenciou a construção de prisões nos Estados Unidos e em outros lugares do mundo, sendo que a primeira prisão panóptica foi construída em 1800.

Ainda nos EUA, especificamente na Filadélfia se experimentou um sistema conhecido como pensilvânico, filadélfico, celular. Nele os prisioneiros ficavam isolados em células individuais, das quais não saíam, não tinham atividades laborais e sem visitas até o cumprimento de sua pena, ou até que morressem ou enlouquecessem. Este modelo tinha como o objetivo o arrependimento do delinquente através do doutrinação religioso. Este sistema chegou a ser adotado no Brasil. (BARATTA, 2002)

Em 1846 foi criado o Sistema Progressivo Inglês que compreende três fases sequenciais no cumprimento da pena: a) o período da prova, que ocorria logo que o condenado ia para a prisão e permanecia por um período determinado em total isolamento: b) o período de isolamento noturno e o trabalho obrigatório, durante o dia, mantendo um silêncio rígido e c) a liberdade condicional obtida como prêmio, o “*ticket of leave*”. A progressividade da pena dependia do binômio conduta/trabalho do preso. (Idem)

Em 1853 surge o Sistema Irlandês que além das três fases do Sistema Progressivo Inglês, possuía mais uma etapa que consiste na preparação do preso para a vida “extra muros”, cumprida em unidades prisionais agrícolas e semiabertas. Este sistema penal foi adotado pelo Brasil pelo Código Penal Brasileiro em 1940. (Idem)

Menciona Rosângela Santa Rita (2007, p.23), que a prisão se consolidou desde a sua concepção através de dispositivos disciplinares e sua trajetória se deu pela passagem da finalidade de segregação, retenção e custódia para a pena propriamente dita, com teor intimidativo e sentido correccional, perdendo o significado inicial da proposta de penitência.

Conforme Mirabete (2000, p.23 apud Santa Rita), “a pena privativa de liberdade se institucionaliza como a principal sanção penal e a prisão passou a ser, fundamentalmente, o local da execução das penas, surgindo o Direito Penitenciário”.

O direito penal a partir da segunda metade do século XVIII se moderniza, com as contribuições dos teóricos iluministas e dos ideais liberais da Revolução Francesa pautados em valores sustentados pela razão e soberania das leis, em defesa dos direitos subjetivos, garantias necessárias na fase do processo penal, a graduação das penas legalmente reconhecidas de acordo com a gravidade do delito e o dano a sociedade. Destacam-se aqui as principais Escolas e teóricos da criminologia contemporânea.

A *Escola Clássica do Direito Penal* entende que o delito se origina da livre vontade do homem, não de causas patológicas, e por isso o delinquente não era diferente do indivíduo normal. Para ela, o direito e a pena não tinham tanta importância como meio para intervir sobre o sujeito delinquente, a fim de modificá-lo, mas, sobretudo como instrumento legal para defender a sociedade do crime. A Escola Clássica critica a prática penal e penitenciária em razão da crueldade e irracionalidade das penas e tem como objetivo substituir por uma política criminal fundamentada nos princípios da humanidade, legalidade e utilidade. Para a Escola Clássica e Beccara⁶ o delito é um ente juridicamente qualificador possuidor de uma estrutura real e um significado jurídico autônomo, que surge de um princípio por sua vez autônomo, metafisicamente, hipostasiado: o ato da livre vontade de um sujeito (BARATTA, 2002, p.38).

Outra linha é a da Escola Positivista ou Antropológica. Surge com a obra “O Homem Delinquente” de 1876 de autoria de Cesare Lombroso. Contrapõem-se à teoria clássica que entende o delito como “ato da livre vontade de um sujeito”,

⁶ Suas obras, mais especificamente a intitulada “Dos Delitos e Das Penas”, são consideradas as bases do Direito Penal Moderno.

para a Escola Positiva o delito é estabelecido no conceito naturalista, ou seja, o delito é também um ente natural. O direito que qualifica este fato humano não deve isolar a ação do indivíduo da totalidade natural e social. Deste modo o ser humano pode ser um criminoso nato, submetido a características próprias, originárias de suas anomalias físico-psíquicas. Segundo essa Escola, o homem já nasceria delinquente, ou seja, portador de caracteres impeditivos de sua adaptação social, que o levaria ao crime, não existe o livre arbítrio.

Esta Escola exerceu forte influência no campo da individualização da pena, supera a ideia de proporcionalidade da Escola Clássica levando em consideração para o estabelecimento da pena justa a personalidade e a conduta social do criminoso. O objetivo principal dos estudos é a “pessoa real e viva do delinquente e não a figura abstrata e jurídica do crime”, neste sentido definiu inclusive características físicas do sujeito “criminoso”.

Há também as Escolas Críticas ou Ecléticas. Integram a ideologia da defesa social e se encontram em permanente confronto com as demais Escolas contemporâneas uma vez que estas fundamentam a teoria da criminalidade em valores que melhor coadunam com os interesses da ordem burguesa.

Para a Escola Crítica o direito penal deve ser entendido dentro de uma concepção concreta e histórica da sociedade, considerando os conflitos de classes e as contradições presentes e específicas na sociedade capitalista. O Direito Penal deve estudar o criminoso no contexto de espírito e matéria, como pessoa humana, dentro dos princípios éticos a que está sujeito e das regras jurídicas que determinam na vida social, e também ante as leis do mundo natural que lhe afetam a parte contingente e material.

A fim de reflexão abordamos Foucault (2013, p.258):

em resumo, a penalidade não reprimiria pura e simplesmente as ilegalidades; ela as “diferenciaria”, faria sua “economia” geral. E se podemos falar de uma justiça não é só porque a própria lei ou a maneira de aplicá-la servem aos interesses de uma classe, é porque toda a gestão diferencial das ilegalidades por intermédio da penalidade faz parte desses mecanismos de dominação. Os castigos legais devem ser recolocados numa estratégia global de ilegalidades. O “fracasso” da prisão pode sem dúvida ser compreendido a partir daí.

Neste sentido, evidencia-se nas sociedades capitalistas que a prisão não cumpre a sua função de ressocialização, contribui para o aumento da criminalidade e a reincidência. O sistema penitenciário é o recurso do Estado repressor para conter o aumento expressivo da desigualdade social e aumento da pobreza.

2 A MULHER E CRIMINALIDADE: BREVE TRAJETÓRIA DO CONCEITO DE GÊNERO E A RELAÇÃO DA MULHER NO INTERIOR DAS AÇÕES CONSIDERADAS CRIME

As formulações de gênero que contribuíram para a teoria social, surgem na década de 1970, e foram elaboradas a partir dos pensamentos feministas. As lutas dos movimentos sociais feministas tiveram a finalidade de buscar os mesmos direitos dos homens para as mulheres.

O conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos dando-lhes um caráter fundamentalmente social, essa é uma afirmação de Scott⁷. Entretanto se verifica que no decorrer histórico de desenvolvimento das teorias sociais o conceito de gênero, foi elaborado, reformulado e apresentando, em momentos específicos, com sentidos diversos.

Nas décadas de 1920 no continente Europeu e nos Estados Unidos o movimento feminista reivindicava “direitos iguais à cidadania”, tais como o direito ao voto, acesso a educação e a ter posses e bens. Já a partir da década de 30, com a difusão do conceito de papel social⁸, se permitiu contestar as determinantes biológicas sobre os comportamentos de homens e mulheres, compreendendo que as atitudes de uns e outros são diferentes porque respondem a diferentes expectativas sociais.

⁷ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

⁸ São as regras sociais que determinam quais são os papéis possíveis e como devem ser desempenhado.

Por ter influenciado os movimentos feministas de diversas partes do mundo, a partir da década de 60, o livro de Simone de Beauvoir, “Segundo Sexo” é considerado o precursor do feminismo deste período. Para Beauvoir, a situação de subordinação feminina é pensada de acordo com a época histórica e o lugar em que se encontra, porém, é uma questão universal pois está presente em todas as partes do mundo e em todos os períodos históricos conhecidos. Embora se apresentando de formas diferenciadas a subordinação feminina estabelece uma condição de desigualdade.

Nas palavras de Simone Beauvoir (p.132 apud PISCITELLI, 2009):

ninguém nasce mulher, torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico ‘define a forma que a fêmea humana, assume no seio da sociedade: é o conjunto da civilização que elabora esse produto (...).

Logo, numa sociedade patriarcal é estabelecido às mulheres papéis de subordinação, agentes de reprodução da espécie, responsável pela educação de seus filhos, pela organização do lar, uma definição de função e de papel - a mulher esposa, mãe e guardiã da casa, cabendo a ela o mundo privado.

Segundo Baratta (1999, p. 21), “a subordinação das mulheres, acontece na medida em que certa cultura determina a posse de certas qualidades e o acesso a certos papéis vem percebidos como naturalmente ligados a um sexo biológico, e não ao outro”.

Na década de 1960 e 1970, o movimento feminista incorpora em suas reivindicações a igualdade no exercício dos direitos, questionando ao mesmo tempo a divisão de papéis sociais entre homens e mulheres e criando estratégias para libertação de padrões opressores e patriarcais baseados nas normas de gênero. Neste período a categoria “mulher” foi criada, onde se estabelece que a opressão das mulheres está além de questões de classe e raça, criando também uma questão de “identidade”.

No Brasil o movimento feminista surge durante os anos de 1970, com características peculiares, pois tinha o compromisso de lutar tanto pela igualdade da mulher como também nas lutas democráticas, devido ao regime ditatorial presente no período.

O conceito de gênero se dissemina a partir de 1975, com a formulação do conceito sistemas sexo-gênero elaborado por Gayle Rubin, antropóloga americana, segundo o qual esse sistema “é o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (PISCITELLI, 2009 p. 137). Dentro destes arranjos ela entende que a divisão sexual do trabalho, constrói tarefas femininas e masculinas. E com esse fim, a divisão acentua para o plano da cultura as diferenças biológicas entre os sexos.

Já nos anos 1980, as feministas negras vão contestar o conceito de gênero de Gayle Rubin reivindicando que sejam consideradas não só as diferenças entre o feminino e o masculino, mas também o articulando com as diferenças raciais, de nacionalidade, classe social e idade.

Atualmente, o conceito de gênero, vai além das distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino. Deve-se considerar, em sua construção, as articulações com outras diferenças de raça, classe social, nacionalidade e idade, que se entrelaçam no corpo de todas as pessoas, como os intersexos, travestis e transexuais. (Idem, p.146).

São evidentes os avanços nos papéis femininos nos espaços sociocultural, científico, na vida pública, no mercado de trabalho e na política, entretanto, os valores e as normas são estabelecidas dentro de uma perspectiva masculina que permite o domínio da sociedade como um todo.

Desse modo, pode se afirmar, que no contexto da criminalização feminina, as mulheres também se encontram em situações de maior vulnerabilidade dentro do sistema coercitivo penal, uma vez que este historicamente foi fundamentado num poder político e econômico de um Estado e de um direito fundados em bases patriarcais e machistas, conforme Baratta (199, p. 30-31) o “direito é sexuado” o direito foi pensado por homens e para homens e os ideais de igualdade , objetividade e neutralidade, dos quais se enfeita o direito, são valores masculinos que são universais.

2.1 BREVE HISTÓRICO DA CRIMINALIDADE FEMININA

A criminalidade feminina foi pouco estudada pelos penalistas e criminólogos, poucos são os estudos sobre o assunto em comparação com a produção da criminalidade masculina. Evidencia-se ao longo da história que a criminalidade feminina está estritamente relacionada aos padrões estabelecidos para a mulher na sociedade. As primeiras desobediências femininas surgem por volta dos anos de 1210. Já nesta época se verifica que as condutas femininas estavam arraigadas ao mundo privado e a sexualidade.

Historicamente as primeiras notícias da criminalidade feminina estão estritamente relacionadas com a bruxaria e com a prostituição. A Igreja era a Instituição mais severa na Idade Média, a mulher era comparada ao mito de Eva, primeira mulher do mundo, demoníaca por natureza, porque carregava em si o pecado original. Era a própria feiticeira que ameaçava a integridade moral do homem apenas com a sua presença.

São os criminologistas do século XIX que vão influenciar as teorias e representações sobre a criminalidade feminina. Césare Lombroso, médico e criminalista italiano, em sua análise aponta que o homicídio passional, movido pelo ciúme e pela vingança é um crime de tendência feminina. Para ele, a mulher é semelhante ao criminoso nato, e, embora menos propícia ao crime, também o comete, sendo desviantes as prostitutas e as criminosas (LOMBROSO & FERRERO, 1893).

Já Freud, explicava o crime feminino como uma rebelião contra o natural papel biológico da mulher.

É oportuno destacar a contribuição da obra de Durkheim o “Suicídio” no que tange a incorporação dos fatores de ordem sociológicas na reflexão sobre a criminalidade feminina. Sociólogos como Durkheim avaliaram que os delitos cometidos pela mulher estavam restritos aos espaços privados, tendo como principais vítimas crianças e velhos, e que grande parte dos crimes “tipicamente femininos” permanece oculta, invisível e dissimulada, sendo muito difícil detectá-los, dimensioná-los e os punir. (SOARES e ILGENFRITZ, 2002 p.65-66)

As diferentes perspectivas sobre a criminalidade feminina reflete o ponto de vista masculino. Os criminologistas mais recentes utilizam também as mesmas premissas de seus precursores, vinculando o biologismo, o psiquismo e o sociologismo para explicar a sub-representação da mulher nos crimes. Pouco se escreveu sobre a influência da cultura e da questão social no fenômeno da criminalidade feminina.

(...) só lhe são atribuídos os crimes relacionados aos atributos de ordem biológica que influenciam uma ação delituosa típica da mulher, o aborto, procurado indistintamente por qualquer mulher é ocasionado por vários fatores: o infanticídio, quando a mãe mata o próprio filho, e o mariticídio quando a mulher mata o marido (TIRADENTES, 1978, apud ALMEIDA, 2001, p.76).

A partir dos anos 1970, a posição desigual da mulher no Direito Penal “seja na condição de vítima ou de autora do delito passou a ser objeto de crescente atenção por parte da criminologia” (BARATA, 1999, p.19).

Diversas são as explicações teóricas em diferentes épocas para definir a criminalidade feminina, tais como o biológico, o psicológico, socioeconômico, assim como, maior participação na força de trabalho.

Com relevância destaca-se a contribuição de Marx, no entendimento de que a ascensão da criminalidade é produto da sociedade capitalista. “O crime tira do mercado de trabalho uma parte supérflua da população, e assim reduz a competição entre os trabalhadores; até o ponto em que previne os salários de caírem abaixo de um mínimo, a luta contra o crime absorve uma outra parte dessa população”. (MARX, 2002, p.81).

Com essa rápida passagem pela história geral, vamos no próximo item discorrer sobre como isso ocorreu na particularidade da sociedade brasileira.

2.2 NOTAS SOBRE OS PRIMEIROS REGISTROS DE PRISÃO FEMININA NO BRASIL

Do início do século XVI a meados do século XVIII, portanto, por mais de duzentos anos, as práticas punitivas adotadas no Brasil Colônia eram reguladas

pelas Ordenações Filipinas.⁹ Em 1923, Lemos de Brito¹⁰, foi o primeiro a propor a construção de um reformatório específico para a mulher uma vez que as mulheres presas ficavam juntas com os delinquentes de outro sexo. Indicando a necessidade de um tratamento diferenciado do sistema penitenciário para as mulheres. (SOARES E ILGENFRITZ, 2002, p.53)

Segundo a pesquisa das autoras, o Relatório do Conselho Penitenciário do Distrito Federal de 1929, indica um “juízo moral” por proteger as presas comuns condenadas por infanticídio, aborto, furto, daquelas presas relacionadas com os delitos de prostituição, vadiagem e embriaguez. “(...) as mulheres condenadas se encontram em compartimento separado na Casa de Detenção, mas em promiscuidade com as processadas e as vagabundas e as ébrias habituais enviadas pela polícia”. (Idem, p.54)

Outro dado apresentado por Soares e Ilgenfritz é a criação em 1924 do Patronato das Presas, uma instituição benemerita para servir e auxiliar o Conselho Penitenciário na vigilância das mulheres em liberdade condicional. As mulheres que operavam como carcereiras eram distintas senhoras de famílias importantes e religiosas da Congregação do Bom Pastor.

A partir de 1930, com o Estado Novo, se inicia os estudos para a reforma do Código Penal, do Código Processual Penal e da Lei de Contravenções, criando a Inspetoria Geral Penitenciária em 1934 destinada a funcionar como órgão de caráter nacional em conformidade com o Conselho Penitenciário.

A primeira prisão feminina foi criada no antigo Distrito Federal em 9 de novembro de 1942, cabendo a administração interna e pedagógica às freiras da Congregação de Nossa Senhora do Bom Pastor d’Angers, as quais eram responsáveis pela educação, disciplina, trabalho, higiene e economia. À Penitenciária Central do Distrito Federal (PCDF) coube os serviços de guarda, transporte, alimentação, roupa de cama e lavanderia, assistência médica, farmacêutica e funerária.

⁹ Ordenações das Filipinas, ou Código Filipino, é uma compilação jurídica que resultou da reforma do código manuelino, por Filipe II de Espanha (Felipe I de Portugal), durante o domínio castelhano. Ao fim da União Ibérica (1580-1640), o Código Filipino foi confirmado para continuar vigendo em Portugal por D. João IV.

¹⁰ Principal ideólogo das prisões femininas no Brasil sua obra “As prisões do Brasil”

A função do cárcere era a recuperação moral e reaquisição do papel social da mulher e “o esforço das religiosas em produzir uma reforma moral no interior da penitenciária tinha como pano de fundo as concepções sobre os papéis de gênero, que se expressavam nos campos médico e jurídico, em reflexões e debates sobre a ‘natureza da mulher criminosa’”. (Idem, p.63)

Em 1955 a Penitenciária de mulheres voltava a ser administrada diretamente pela PCDF em razão da fragilidade e o descontrole das freiras sobre a massa carcerária. “O Projeto obtém, pois, o inverso do desejado, longe da beatitude e domesticidade do lar, gera-se violência e resistência generalizada”. (MENDONÇA apud SOARES e ILGENFRITZ, 2002 p.62)

Em 1966, a Penitenciária adquiriu autonomia administrativa e passa a se chamar de Instituto Penal Talavera Bruce, única unidade prisional de segurança máxima do estado do Rio de Janeiro, destinada às mulheres condenadas a penas altas, com capacidade de lotação para 60 presas.

Considerando o que foi apresentado podemos afirmar que historicamente o tratamento dirigido às mulheres presas, no sistema penitenciário legitima a discriminação da mulher, herança esta do modelo de “internato religioso” incidindo sobre elas o estigma de ser mulher, e, criminosa. Mais adiante, veremos as informações sobre a situação atual das mulheres presas no Brasil.

3 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO SURGIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS E A LEGISLAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES PRESAS

A temática dos direitos humanos está especialmente representada em um documento denominado de Declaração Universal dos Direitos Humanos que sistematiza os direitos voltados aos valores fundamentais da pessoa humana, como a solidariedade, a igualdade, a fraternidade, a paz, a liberdade, a dignidade da pessoa humana, entre outros. A partir desse consenso, é assinada uma série de outras declarações para tratar temas específicos como geracionais, identitários, ambientais, etc. Os direitos humanos exprimem um ideal de consciência da dignidade do homem, enquanto ser genérico, como valor supremo, para além de fronteiras nacionais devendo ser concretizada através de meios de proteção próprios a serem instituídos pelos Estados signatários.

Até 1945, não havia um sistema internacional de direitos humanos. Terminada a Segunda Guerra Mundial um grupo de países criou a ONU – Organização das Nações Unidas que elaborou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Resolução número 217 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.

O processo de universalização do tema dos direitos humanos permitiu o desenvolvimento do Direito Internacional. Esse sistema é composto por vários instrumentos internacionais tais como tratados e pactos que espelham, principalmente, a ética contemporânea compartilhada pelos Estados.

Na primeira fase dos direitos humanos evidencia-se nos instrumentos legais uma proteção geral, genérica e abstrata, refletindo o medo da diferença, como foi por exemplo, o nazismo. Em seguida se reconhece a necessidade de proteção especial e particularizada a determinados indivíduos e grupos. Ao lado do direito à igualdade, surge também, como direito fundamental, o direito à diferença.

De um modo geral, a noção de direitos humanos, tem sua origem na busca de limites aos abusos estatais, garantindo-se aos cidadãos determinados direitos, como fundamentais. Todavia, recentemente, vem ocorrendo um alargamento do conceito de direitos humanos, pois atualmente atuam de forma a resguardar direitos dos cidadãos, não apenas em relação ao Estado, mas também

em relação à própria sociedade. Lógica que se aplica à questão dos direitos das mulheres.

Os direitos das mulheres foram, pela primeira vez, expressamente reconhecidos como direitos humanos no marco da Conferência Mundial de Direitos Humanos, em Viena, em Junho de 1993. A Declaração e Programa de Ação de Viena, no art.18, diz que:

Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais (...). A violência de gênero e todas as formas de assédio e exploração sexual (...) são incompatíveis com a dignidade e o valor da pessoa humana e devem ser eliminadas (...) Os direitos humanos das mulheres devem ser parte integrante das atividades das Nações Unidas (...) devem incluir a promoção de todos os instrumentos de direitos humanos relacionados à mulher.

Outro documento internacional que merece destaque é a Convenção Americana de Direitos Humanos conhecido como “O Pacto de São José da Costa Rica” que apesar de aprovado em 22 de novembro de 1969, na Conferência de São José da Costa Rica, o Brasil só aderiu em 25 de setembro de 1992.

Em 1994, os países que fazem parte da ONU na cidade do Cairo, no Egito, realizam um encontro para discutir as questões referentes à população e ao desenvolvimento. O documento que foi elaborado nessa reunião chamou-se Plano de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, trazendo pela primeira vez, a ideia de direitos sexuais e reprodutivos como parte dos direitos humanos básicos.

Em 1995 a Organização das Nações Unidas, promoveu a realização da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijing, China. A Conferência, realizada dez anos após a Década da Mulher estabelecida pela ONU (1975-1985), foi fundamental para o movimento de mulheres em todo o mundo, ficando afirmado que a violência contra a mulher, constitui violação aos direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Ainda no que tange aos direitos das mulheres, quatro instrumentos jurídicos devem ser destacados: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as

Formas de Discriminação contra a Mulher ("Convenção da Mulher")¹¹, o Protocolo Facultativo a CEDAW, ratificados pelo Brasil em 1984 e 2002 respectivamente. Além destes dois Tratados feitos pela ONU, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher “Convenção de Belém do Pará”, da OEA, foi ratificada em 1995 e “Regras de Bangkok” aprovadas em dezembro 2010 pela assembleia geral da ONU.

A "Convenção da Mulher", que integra o sistema global de proteção aos direitos humanos, foi adotada em dezembro de 1979 pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) e ratificada pelo Brasil em fevereiro de 1984. Constitui-se no mais importante documento internacional para garantir à mulher a igualdade com o homem. , uma vez que é o primeiro tratado internacional que dispõe amplamente sobre os direitos humanos da mulher. São duas as frentes propostas: promover os direitos da mulher na busca da igualdade de gênero e reprimir quaisquer discriminações contra a mulher nos Estados-parte. O órgão das Nações Unidas encarregado de monitorar, especificamente, a implementação da "Convenção da Mulher" é o CEDAW – Comitê para a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher.

Quanto à violência contra a mulher, cabe menção à Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher, aprovada pela ONU, em 1993, bem como à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher “Convenção de Belém do Pará”, que integra o sistema regional interamericano de proteção aos direitos humanos, editada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) em junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em novembro de 1995. Segundo Piovesan (2003, p. 40) “ambas reconhecem que a violência contra a mulher , no âmbito público ou privado, constitui grave violação aos direitos humanos e limita total ou parcialmente o exercício dos demais direitos fundamentais”. A Convenção estabelece deveres aos Estados-partes, no que tange as políticas destinadas a prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

¹¹ Também conhecida por CEDAW (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women), que é sua sigla em inglês. Para os efeitos desta Convenção, entender-se-á por violência contra a mulher qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.

Em dezembro de 2010, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou as chamadas “Regras de Bangkok” (2010) que procuram complementar as “Regras Mínimas para o Tratamento do Preso” e as “Regras Mínimas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade” (Regras de Tóquio), considerando as necessidades específicas das mulheres – reconhecendo que é necessário um tratamento igual, mas diferenciado.

Quanto a legislação de âmbito nacional a Constituição Federal de 1988 é o marco jurídico-político da transição democrática e da institucionalização dos direitos humanos no país, vem ratificar diversos instrumentos de proteção internacional dos direitos humanos, do sistema global da ONU e do sistema regional da OEA, e, aqui vale registrar, a inovadora Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ratificada pelo Estado brasileiro em 1995 – “Convenção de Belém do Pará”.

Todavia, as Regras Mínimas para Tratamento do Preso, ONU (1955), somente foi efetivada em 11 de novembro de 1994, por meio da Resolução n.º 14, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, após intensa discussão realizada pelos diversos movimentos sociais.

Ainda, em nível nacional, cabe apresentar, a Lei nº 7210/84 de Execuções Penais - LEP, que explicita a metodologia que o Estado adota para corrigir e cuidar dos encarcerados. O objetivo da LEP pode ser observado no seu 1º artigo: “A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”.

Nos incisos de I a XV do artigo 41, ela dispõe sobre os direitos infraconstitucionais garantidos ao sentenciado no decorrer da execução penal.

Observa-se nas bibliografias de pesquisa, críticas quanto ao sistema penitenciário no que se refere à compatibilização dos direitos dos presos, elencados nas normas internacionais, bem como nas leis nacionais, afirmando que na realidade os direitos humanos dos presos não passam de retórica, porém no caso das mulheres, a situação é mais grave, pois não é possível falar de direitos humanos sem considerar a questão de gênero que perpassa o tratamento dado às presas.

3.1 OS DIREITOS DAS MULHERES PRESAS E SEUS FILHOS

O cumprimento das penas privativas de liberdade no Estado brasileiro é disciplinado primeiramente pela Constituição Federal de 1988, que prevê em cláusula pétrea no artigo 5º, inciso XLIX, a integridade física e moral dos detentos em seu artigo 5º, inciso XLVIII: “a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado” e no inciso XLIX: “é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral”.

Quanto às legislações internacionais que contemplam a mulher presa, é importante destacar as “Regras Mínimas para o Tratamento dos Presos” da ONU (1995) que têm como objetivo estabelecer princípios e regras de uma boa organização penitenciária e da prática relativa ao tratamento de prisioneiros, e afirma: “todo homem tem o direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei”. Neste documento, a “Regra 23” estabelece:

1. Nos estabelecimentos prisionais para mulheres devem existir instalações especiais para o tratamento de presas grávidas, das que tenham acabado de dar à luz e das convalescentes. Desde que seja possível, deverão ser tomadas medidas para que o parto ocorra em um hospital civil. Se a criança nascer num estabelecimento prisional, tal fato não deverá constar no seu registro de nascimento.
2. Quando for permitido às mães presas conservar as respectivas crianças, deverão ser tomadas medidas para organizar uma creche, dotada de pessoal qualificado, onde as crianças possam permanecer quando não estejam ao cuidado das mães.

Ainda no plano internacional, importa mencionar as chamadas Regras de Bangkok que contemplam as normas mínimas para tratamento da mulher presa e medidas não privativas de liberdade para as mulheres em conflito com a lei.

No âmbito nacional, recentemente a lei 11.942/09 estabeleceu nova redação para os arts. 14º, 83º e 89º da Lei de Execução Penal, assegurando às mães reclusas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência ao exercício da maternidade, e, a Lei nº 12.403/11, estendeu às gestantes e mães o direito à prisão domiciliar em substituição à prisão preventiva.

Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis) meses de idade. (§ 2º art 83 – LEP - Redação dada pela Lei nº 11.942, de 2009). Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-

parto, extensivo ao recém-nascido (Art. 14º § 3º-LEP acrescentado pela lei 11.942 de 2009).

Além dos requisitos referidos no art. 88¹² da LEP, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa. (Art. 89º Redação dada pela Lei nº 11.942, de 2009).

Parágrafo único. São requisitos básicos da seção e da creche referidas neste artigo: (Incluído pela Lei nº 11.942, de 2009)

I - atendimento por pessoal qualificado, de acordo com as diretrizes adotadas pela legislação educacional e em unidades autônomas; e (Incluído pela Lei nº 11.942, de 2009)

II - horário de funcionamento que garanta a melhor assistência à criança e à sua responsável”

É importante que esclareça que a Resolução nº 14 de 11/11/94 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, já contemplava a situação dos filhos das mães presas inseridos no ambiente da prisão, bem como a assistência a saúde a estas mulheres. Em conformidade com os artigos abaixo:

As mulheres cumprirão pena em estabelecimentos próprios (ART 7º§ 1º).

(...) Serão asseguradas condições para que a presa possa permanecer com os seus filhos durante o período de amamentação dos mesmos (Art. 7º§2º).

(...) O estabelecimento prisional destinado a mulheres disporá de dependência dotada de material de obstetrícia para atender à grávidas, à parturiente e à convalescente sem condições de ser transferida a unidade hospitalar para tratamento apropriado em caso de emergência (Art. 17).

Quanto aos direitos das crianças de mães presas, devemos mencionar o artigo 227 da CF/88 e o art. 4º da Lei nº 8069/90 de 13/07/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, onde a Doutrina da Proteção Integral surge como um marco no direito infanto-juvenil, por reconhecer a todas as crianças e adolescentes, os direitos fundamentais e inerentes a pessoa humana, elevando a condição de sujeitos em condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, cabendo à família, sociedade e Estado garantir seus direitos, com absoluta prioridade.

A CF no seu art. 5º, L e o artigo 9º do ECA garantem às mães presas o direito de permanecerem com seus filhos durante o período de amamentação, mas não estabelecem o prazo de permanência das crianças com suas mães.

¹² Art.88: o condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório. A unidade celular tem que ser salubre no ambiente e área mínima de 6m².

Todavia, em 2009, a Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária- CNPCP nº 03 de 15 de julho disciplina a situação de filhos de mulheres encarceradas, fixando o prazo mínimo de permanência de 01 (um) ano e 6 (seis) meses, visto que é de suma importância para o desenvolvimento da criança, este período também é fundamental para preparação gradual da separação e assegurando também a permanência das crianças até 07 anos de idade com as mães, desde que as Instituições prisionais apresentem estrutura física adequada e com condições dignas para a permanência de uma criança.

Com relação às creches, elas não devem se entendidas como funções de depósito ou abrigo, pois conforme a Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB, é previsto que a educação infantil, é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, que será oferecida em creches ou entidade equivalentes para as crianças de até três anos de idade e pré-escolas para as crianças de quatro a seis anos de idade (at. 29º e 30º). Neste contexto verifica-se a exigência legal da integração de creches e pré-escolas aos sistemas de ensino, exigindo a atuação de profissionais especializados.

Abaixo segue um quadro onde sistematizamos as leis, resoluções e normativos que disciplinam o sistema penal feminino no Brasil com aprovação no âmbito nacional e tratados internacionais dos quais o país é signatário.

Quadro1. Legislação sobre o sistema penal feminino no Brasil

Norma Legal	Objetivo
Lei nº 7210 /84 –Lei de Execução Penal –LEP	Regulamenta a Execução Penal
Lei nº 8069/90 –Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA	Proteção Integral à criança e adolescente
Convenção de Belém do Pará - 1994	Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher
Resolução nº 14/1994= CNPCP	Regras Mínimas para o Tratamento do Preso
Lei nº 11942/2009	Alteração da LEP- Assegura as mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência

Lei nº 12121/2009	Alteração da LEP- Determina que os estabelecimentos prisionais destinados as mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino
Resolução nº 03/2009-CNPCP	Disciplina a situação de filhos e filhas de mulheres encarceradas que permaneçam nas instituições prisionais.
Regras de Bangkok	Reconhece a necessidade de atenção diferenciada às especificidades femininas dentro do sistema prisional
Resolução nº 09/2011 -CNPCP	Edita as diretrizes básicas para arquitetura penal
Resolução nº -04/2011 -CNPCP	Recomenda que seja assegurado o direito à visita íntima à pessoa presa.
Portaria nº 154/2012- Departamento Penitenciário Nacional	Cria a Comissão Especial do DEPEN
Portaria nº 885 de 22 de maio de 2012-Ministério da Justiça	Cria o Grupo de Trabalho Interministerial sobre mulheres presas e egressas
Resolução nº 03 / 2012 -CNPCP	Recomendação sobre o uso de algema
Portaria Interministerial nº 210 de 16/01/2014-Ministério da Justiça	Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do sistema prisional e dá outras providências

Nossa hipótese inicial deste trabalho, considerando a particularidades do tempo presente e das refrações da questão social no capitalismo, é de que nas instituições prisionais no Brasil os dispositivos legais de proteção que garantem os direitos das mães e seus filhos em regime de cárcere não são observados, ou seja, não ocorre o cumprimento dessas leis. Sendo assim, buscaremos apresentar a realidade dos Presídios Femininos das cidades do Rio de Janeiro, Manaus/AM, Florianópolis/Joinville/SC, Salvador/BA, Corumbá/MS e Piraquara/PR no capítulo VI para melhor ilustrar e denunciar essa questão. Apesar de ter diferenças entre as situações apresentadas elas não revogam nossa hipótese inicial.

4 SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

No que se refere à base legal, a execução penal no Brasil se institui a partir da Constituição da República Federativa do Brasil (CF), em conjunto com o Código Penal (CP), o Código de Processo Penal (CPP) e a Lei de Execução Penal (Lei nº. 7.210/84 - LEP). Um dos problemas mais graves do atual sistema penitenciário brasileiro consiste na superpopulação carcerária, pois há apenas 310.687 vagas, para uma população carcerária de 513.713, o que gera grande de dificuldades (números do InfoPen – 12/2012).

A Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984, chamada a Lei de Execução Penal Brasileira - LEP é considerada uma legislação moderna e democrática, reconhecendo aos direitos humanos dos presos e contém várias provisões, ordenando tratamento individualizado, protegendo os direitos substantivos e processuais dos presos e garantindo assistência médica, jurídica, educacional, social religiosa e material. Vista como um todo, o foco dessa lei não é a punição, mas ao invés disso, a ressocialização das pessoas condenadas (Relatório da Human Right Watch (HRW). O Brasil Atrás das Grades 1998).

O sistema penitenciário brasileiro é o maior da América Latina, conforme dados obtidos no InfoPen, a população carcerária ultrapassa a ordem de quinhentos mil, presos, em dezembro de 2012, sendo o 4º país do mundo em população carcerária, atrás apenas dos Estados Unidos (2,2 milhão), China (1,6 milhão) e Rússia (740 mil). Logo, podemos afirmar que um dos problemas mais graves do atual sistema penitenciário brasileiro consiste na superpopulação carcerária. A partir da década de 90 se verifica a expansão da população carcerária brasileira de forma acentuada, sendo esta uma tendência mundial, devido à forma de tratamento dado pelo Estado novamente em relação à questão social, que se observa tanto nos países pobres como nos de capitalismo desenvolvido.

(...) o endurecimento generalizado das políticas judiciárias e penitenciárias que se observa na maioria dos países do Primeiro Mundo nas duas últimas décadas faz parte de uma tríplice transformação do Estado, que contribui simultaneamente, para acelerar e confundir, aliando a amputação de seu braço econômico à retração de seu regaço social e à maciça expansão do seu punho penal (WACQUANT, 2007, p. 30).

No caso do Brasil, por outro lado, há iniciativas que nos últimos vinte anos do Direito Penal no Brasil vêm adotando estratégias legais a fim de reduzir a

população carcerária, com medidas desencarceradoras no âmbito da política criminal que são orientadas pelas legislações abaixo:

- 1) Lei 9714/98, que possibilita a substituição de penas privativas de liberdade pelas restritivas de direito ou pecuniárias para infrações cometidas sem violência com grave ameaça com pena de até 4 anos e o réu não for reincidente;
- 2) Lei 9.099/95, que prevê possibilidade de transação penal, suspensão condicional do processo nas infrações de menor potencial ofensivo;
- 3) Lei 12.258/10, que introduz o monitoramento eletrônico na execução penal;
- 4) Lei 12.403/11, que amplia o rol de medidas cautelares no processo penal

Entretanto, apesar dessas iniciativas residuais, como destacado anteriormente, a população encarcerada tem crescido.

Sabe-se que cabe ao Estado o exercício de punir, adotando instrumentos que transforme os infratores, fornecendo condições para a ressocialização do condenado e internado. Entretanto, as Ciências Sociais contemporâneas evidenciam que nas sociedades capitalistas o Estado cumpre funções inversas às declaradas, violando os princípios constitucionais do Estado de Direito e do Direito Penal e reproduzindo seu viés de classe.

As clientelas do sistema prisional são recrutadas prioritariamente nos setores mais deserdados da classe operária, e notadamente entre as famílias do subproletariado de cor nas cidades profundamente abaladas pela transformação conjunta do salariado e da proteção social e mostra portanto que reelaborando sua missão histórica, o encarceramento serve bem antes à regularização da miséria, quiçá a sua perpetuação, e ao armazenamento dos refugos do mercado. (WACQUANT 2001, p.33)

4.1 AS INSTITUIÇÕES DA EXECUÇÃO PENAL NO BRASIL

O sistema penitenciário é operado pelo executivo em unidades federais e unidades estaduais pelos estados da federação. À União cabe legislar de forma geral e aos estados de forma específica. Ou seja, cada unidade da federação administra seus estabelecimentos prisionais com uma estrutura distinta, e algumas delas criam leis de execução penal complementares. Entretanto, o julgamento e o estabelecimento de pena são decididos pelo judiciário e Ministério Público.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP e o Departamento Penitenciário - DEPEN são os órgãos no âmbito da União, responsáveis pelo sistema penitenciário cabendo ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária a definição da política criminal e penitenciária e ao DEPEN a fiscalização das penitenciárias de todo o país, tanto federais quanto estaduais a gestão da Política Penitenciária brasileira e manutenção administrativa financeira do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP.

No Brasil, não existe um padrão organizacional no sistema penitenciário, mas em geral o departamento penitenciário local encontra-se subordinado ao executivo, através das Secretarias de Administração Penitenciária ou Secretarias de Justiça, conforme o “Art. 73. A legislação local poderá criar Departamento Penitenciário ou órgão similar, com as atribuições que estabelecer” da Lei de Execuções Penais (LEP).

São órgãos da execução penal conforme o art. 61º da LEP:

I- o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; II –o Juízo de Execução; II- o Ministério Público; IV- o Conselho Penitenciário; V- os Departamentos Penitenciários; VI- o Patronato; VII- O Conselho da Comunidade e VIII- a Defensoria Pública.

A seguir detalharemos um pouco a atribuição de cada um destes órgãos segundo a definição da Lei de Execuções Penais/LEP.

a) O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

É órgão federal que compete a definição e a execução da política criminal e penitenciária para todo o território Nacional. execução penal, com sede na Capital da República e subordinado ao Ministério da Justiça , O CNPCP é vinculado ao Ministério da Justiça , sendo composto por treze membros que são escolhidos pelo Ministério da Justiça, dentre professores e profissionais na área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como representantes da comunidade e dos Ministérios da área social, o mandato dos

membros tem a duração de dois anos podendo ser renovado um terço em cada ano.¹³

Sobre as funções do CNPCC, no exercício de suas atividades em âmbito federal ou estadual a mesma lei estabelece no artigo 64º:

<u>I</u>	Propor diretrizes da política criminal quanto à prevenção do delito, administração da Justiça Criminal e execução das penas e das medidas de segurança;
<u>II</u>	Contribuir na elaboração de planos nacionais de desenvolvimento, sugerindo as metas e prioridades da política criminal e penitenciária;
<u>III</u>	Promover a avaliação periódica do sistema criminal para a sua adequação às necessidades do País;
<u>IV</u>	Estimular e promover a pesquisa criminológica;
<u>V</u>	Elaborar programa nacional penitenciário de formação e aperfeiçoamento do servidor;
<u>VI</u>	Estabelecer regras sobre a arquitetura e construção de estabelecimentos penais e casas de albergados;
<u>VII</u>	Estabelecer os critérios para a elaboração da estatística criminal;
<u>VIII</u>	Inspecionar e fiscalizar os estabelecimentos penais, bem assim informar se mediante relatórios do Conselho Penitenciário, requisições, visitas ou outros meios, acerca do desenvolvimento da execução penal nos Estados, Territórios e Distrito Federal, propondo às autoridades dela incumbida às medidas necessárias ao seu aprimoramento.
<u>IX</u>	Representar ao Juiz da execução ou à autoridade administrativa para instauração de sindicância ou procedimento administrativo, em caso de violação das normas referentes à execução penal;
<u>X</u>	Representar à autoridade competente para a interdição, no todo ou em parte, de estabelecimento penal.

Fonte: LEI 7210/84-LEP

Logo, a de concluir a tarefa complexa do CNPCP, em razão da descentralização das unidades penitenciárias, os diferentes interesses e necessidades das federações. Dessa forma, sua atuação encontra-se fundamentado em princípios do Estado Democrático de Direito, nomeadamente a dignidade da pessoa humana, vista na sua individualidade e na sua dinâmica inserção social. Entendendo que as estratégias de prevenção e de combate a criminalidade

¹³ LEP, 1984, art. 62 e 63.

englobam políticas públicas de caráter social, superando o paradigma positivista, tratando a criminalidade como problema social de raízes multicausas, a ser enfrentado pela sociedade.

b) Do Juízo da Execução cabe a execução penal.

A Lei de Execução Penal dá amplos poderes ao juiz da execução penal, entre seus poderes, destacam-se os decisórios, que lhe permitem adequar o comando inicial às exigências da execução, resolver sobre medidas importantes para a individualização do processo executório, extinguir o processo. Assim, pode ele decidir sobre: progressão e regressão de regimes, detração, remição, concessão ou revogação do *sursis*; concessão ou revogação do livramento condicional, declaração de extinção de punibilidade.¹⁴

Atribui-se-lhe, ainda, poder geral de cautela com a incumbência de zelar pelo correto cumprimento da pena (inciso VI). Tem também poderes para coibir excessos ou desvios na expiação da pena. Seus poderes, todavia, estão limitados pela sentença condenatória transitada em julgado. Poderá proferir resoluções que adaptem o comando inicial condenatório às exigências do cumprimento da pena imposta. Excepcionalmente, quando expressamente autorizado por lei, poderá, sem agravar a situação do condenado, emitir decisões que afetem a própria penas; assim ocorre em casos de indulto, graça, unificação de penas, adaptação da lei nova mais benigna. No mais, a coisa julgada penal só será atacável mediante revisão ou *habeas-corpus*.

c) Do Ministério Público

Caberá fiscalizar a execução da pena e da medida de segurança, fiscalizar a regularidade formal das guias de recolhimento e de internamento¹⁵; requerer:

- a) todas as providências necessárias ao desenvolvimento do processo executivo; b) a instauração dos incidentes de excesso ou desvio de execução; c) a aplicação de medida de segurança, bem como a substituição

¹⁴ Idem, art. 65 e 66; FERNANDES, 1999.

¹⁵ LEP, 1984, Art 67.

da pena por medida de segurança; d) a revogação da medida de segurança; e) a conversão de penas, a progressão ou regressão nos regimes e a revogação da suspensão condicional da pena e do livramento condicional; f) a internação, a desinternação e o restabelecimento da situação anterior, interpor recursos de decisões proferidas pela autoridade judiciária, durante a execução e visitar mensalmente os estabelecimentos penais. (LEP, 1984, art. 68)

d) Conselho Penitenciário

É órgão consultivo e fiscalizador da execução penal; os membros são designados pelo governador do Estado, do Distrito Federal e dos Territórios, dentre professores e profissionais da área do Direito Penal, Processual Penal, Penitenciário e ciências correlatas, bem como por representantes da comunidade. A legislação federal e estadual regulará o seu funcionamento, o mandato tem a duração de quatro anos.¹⁶

O Conselho tem a função de emitir parecer sobre indulto e comutação de pena, excetuada a hipótese de pedido de indulto com base no estado de saúde do preso; inspecionar os estabelecimentos e serviços penais; apresentar, no 1º (primeiro) trimestre de cada ano, ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, relatório dos trabalhos efetuados no exercício anterior; e supervisionar os patronatos, bem como a assistência aos egressos.

e) Dos Departamentos Penitenciários

O Departamento Penitenciário Nacional é prevista no art. 71º da LEP, subordinado ao Ministério da Justiça é o órgão executivo da Política Penitenciária Nacional e de apoio administrativo e financeiro ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.¹⁷

As atribuições previstas para o DEPEN no art 72º da LEP: acompanhar a fiel aplicação das normas de execução penal em todo o Território Nacional; inspecionar e fiscalizar periodicamente os estabelecimentos e serviços penais; assistir tecnicamente as Unidades Federativas na implementação dos princípios e

¹⁶ Idem, art. 69.

¹⁷ Idem, art. 70.

regras estabelecidos nesta Lei; colaborar com as Unidades Federativas mediante convênios, na implantação de estabelecimentos e serviços penais; colaborar com as Unidades Federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado; estabelecer, mediante convênios com as unidades federativas, o cadastro nacional das vagas existentes em estabelecimentos locais destinadas ao cumprimento de penas privativas de liberdade aplicadas pela justiça de outra unidade federativa, em especial para presos sujeitos a regime disciplinar e a supervisão dos estabelecimentos penais e de internamento federais.

A LEP prevê a criação de Departamento Penitenciário ou órgão similar local, entretanto, a maioria das federações não tem estas instituições.

f) Do Patronato

Destina-se a prestar assistência ao albergados e aos egressos, além de orientar os condenados à pena restritiva de direitos. Fiscalizar o cumprimento das penas de prestação de serviço à comunidade e de limitação no fim de semana e colaborar na fiscalização do cumprimento das condições da suspensão e do livramento condicional.¹⁸

g) Do Conselho da Comunidade

Institui o art. 80 da LEP que

haverá, em cada comarca, um Conselho da Comunidade composto, no mínimo, por 1 (um) representante de associação comercial ou industrial, 1 (um) advogado indicado pela Seção da Ordem dos Advogados do Brasil, 1 (um) Defensor Público indicado pelo Defensor Público Geral e 1 (um) assistente social escolhido pela Delegacia Seccional do Conselho Nacional de Assistentes Sociais. (Redação dada pela Lei nº 12.313, de 2010). Parágrafo único. Na falta da representação prevista neste artigo, ficará a

¹⁸ Idem, art 78 e 79.

critério do Juiz da execução a escolha dos integrantes do Conselho. (Idem, art. 80)

Compete ao Conselho da Comunidade:

visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos penais existentes na comarca; entrevistar presos; apresentar relatórios mensais ao Juiz da execução e ao Conselho Penitenciário e diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento. (Idem, art. 81)

Este Conselho, composto por membros da sociedade civil, que não trabalham no sistema prisional, tem por função, portanto, fiscalizar o serviço prisional e destinar recursos adicionais para assistência aos presos já que acompanha a destinação dos recursos provenientes das penas pecuniárias juntamente com o judiciário. Vê-se como um espaço importante de potencial controle social do sistema prisional, porém, com limites objetivos e políticos que não caberão relatar neste trabalho.

g) Da Defensoria Pública

A Defensoria Pública velará pela regular execução da pena e da medida de segurança, oficiando, no processo executivo e nos incidentes da execução, para a defesa dos necessitados em todos os graus e instâncias, de forma individual e coletiva. (Idem, art. 81/A).

Relatada a função dos órgãos do sistema prisional passaremos para a apresentação dos estabelecimentos prisionais.

4.2 OS ESTABELECIMENTOS PENAIS NO BRASIL

A fim de melhor entendimento, faremos um “parêntese” antes de apresentar os tipos de estabelecimentos para explicar que as penas privativas de liberdade para crimes ou delitos são as de reclusão e detenção, conforme o Código Penal.

A Lei das Contravenções Penais também prevê pena privativa de liberdade que é a prisão simples. A diferença entre a reclusão e detenção decorre da gravidade dos delitos, os crimes mais graves são puníveis com pena de reclusão,

reservando a detenção para os delitos de menor gravidade. A pena de reclusão pode iniciar seu cumprimento no regime fechado, o mais rigoroso do sistema penal, entretanto, a pena de detenção inicia-se já em regime semiaberto ou aberto. Somente com o descumprimento as condições impostas pelo juiz, poderá levar o condenado à pena de detenção ao regime fechado, através da regressão de regime. A pena de reclusão deve ser cumprida em regime fechado, semi-aberto ou aberto (Código Penal, art.33 caput, 1ª parte).

São três os regimes de cumprimento das penas privativas de liberdade: o regime fechado, com a execução em estabelecimento de segurança máxima ou média, o regime semi-aberto, a execução em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar e o regime aberto, com a execução em casa de albergado ou estabelecimento adequado, segundo o artigo 33, § 1º do Código Penal.

Após isso, essa aclaração, destacamos que conforme a lei os tipos de estabelecimentos penais no Brasil.

a) Penitenciárias destinam-se ao condenado à pena de reclusão em regime fechado, onde o condenado será alojado em cela individual que conterà dormitório, aparelho sanitário e lavatório, área mínima de 6 m² (seis metros quadrados), salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado a existência humana. (LOPES, 2014)

No caso das presídios femininos será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças menores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa. As Penitenciárias de Segurança Máxima Especial as celas são individuais, já as Penitenciárias de Segurança Média ou Máxima são dotados de celas individuais e coletivas.

b) Colônias agrícolas, industriais ou similares destinam-se ao cumprimento da pena em regime semiaberto, podendo ser alojado em compartimento coletivo, observados a salubridade do ambiente.

c) Casas do Albergado destinam-se ao cumprimento da pena privativa de liberdade, em regime aberto e da pena de limitação de fim de semana, o prédio deverá situar-se em centro urbano, não deve ter obstáculos físicos contra a fuga.

d) Centros de observação Criminológica - Estabelecimentos penais de regime fechado e de segurança máxima onde devem ser realizados os exames gerais e criminológico, cujos resultados serão encaminhados às Comissões Técnicas de Classificação, as quais indicarão o tipo de estabelecimento e o tratamento adequado para cada pessoa presa.

e) Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico destina-se aos inimputáveis e semi imputáveis, que estão submetidos a medida de segurança devendo ser observada as condições do art. 88 e seu parágrafo.

f) Cadeia Pública- destina-se ao recolhimento de presos provisórios. Cada comarca terá, pelo menos 1 (uma) cadeia pública a fim de resguardar o interesse da Administração da Justiça Criminal e a permanência do preso em local próximo ao seu meio social e familiar. Este estabelecimento será instalado próximo de centro urbano, observando-se na construção as exigências previstas na Lei n.º 7.210/84, em seu artigo 88 e seu parágrafo único. (Idem)

Apesar do fato de que no Brasil o Estado Social não tenha se configurado, as repercussões do modelo neoliberal e do processo de globalização levaram o enfraquecimento das políticas sociais públicas que vinham sendo pensadas no final dos anos 1980 para o atendimento das necessidades sociais e no enfrentamento da exclusão social, sobretudo, as que poderiam decorrer das conquistas de direitos com a constituição de 1988. Porém, o ideário neoliberal aponta para outro tratamento à questão social, que não é política pública. A penalização da miséria e o encarceramento dos pobres “desviantes”, ameaçadores da ordem social em decorrência de suas patologias sociais, são atributos dos governos neoliberais que vem respondendo à questão social e suas inúmeras expressões, com a atuação do Estado policial, punitivo e encarcerador (Wacquant, 2001)

5 O SERVIÇO SOCIAL NO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Mesmo não sendo o objeto deste estudo, mas considerando que a ele se relaciona, por se tratar de um trabalho de conclusão de curso em Serviço Social e por ter relação com o trabalho cotidiano destes profissionais vamos tecer aqui breve considerações sobre as atribuições do assistente social no sistema prisional. Essa intervenção deve estar pautada no âmbito profissional pelo Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão e no que tange a regulação no âmbito da política estatal fundamentalmente na Lei de Execução Penal e encontra amparo ainda nas Regras Mínimas para o Tratamento de Pessoas Presas, conforme dita a Regra 49:

entre os integrantes do quadro de servidores penitenciários incluir-se-á um número suficiente de especialistas, tais como psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, professores e instrutores de ofícios comerciais.

Além destes, consta também os demais documentos relacionados aos direitos humanos, mas a adesão aos mesmos depende, sobretudo, da direção política da intervenção profissional.

Segundo o art. 22º da LEP a assistência social tem a função de amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade, ou seja, a sua reintegração na sociedade. Sendo o assistente social um profissional que vai operar esta assistência, mesmo que não exclusivamente. Ainda sobre estes serviços estabelece a LEP no artigo 23:

Incumbe ao serviço de assistência social: I - conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames; II - relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido; III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias; IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação; V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade; VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho; VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

Além do artigo 23 a LEP institui nos artigos 25, 26 e 27 a assistência também ao egresso do sistema prisional. No artigo 25 explica que esta assistência consiste na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses. Sendo que este prazo poderá ser prorrogado uma única vez, após comprovação, por declaração do assistente social, do empenho na obtenção de emprego.

No artigo 27, o serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho. A lei define como egresso, o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional durante o período de prova. (Art.26).

É atribuição do Serviço Social a participação na Comissão Técnica de Classificação, juntamente com a psicologia e a psiquiatria. Esta comissão elaborará o programa individualizador da pena privativa de liberdade que deverá ser adequada

ao condenado ou preso provisório, classificando os condenados segundo seus antecedentes e personalidade.

Art. 7º- A Comissão Técnica de Classificação, existente em cada estabelecimento, será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 1 (um) psiquiatra, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade. Parágrafo único. Nos demais casos a Comissão atuará junto ao Juízo da Execução e será integrada por fiscais do Serviço Social (BRASIL, LEP, 1984)

É num cenário de superpopulação, precariedade, escassez na assistência a saúde, jurídica, laborativa e educacional e de violações aos direitos humanos, que se apresenta o espaço de atuação do assistente social. Como explica Coelho (2013, p.135), em determinados espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais, o ritmo e as atividades são tão intensivas em razão das contradições sociais tão presentes que compromete todo o tempo do profissional, não permitindo questionamentos acerca da realidade e de suas práticas profissionais. Deste modo, os profissionais apreendem apenas a aparência da realidade por meio da imediatez.

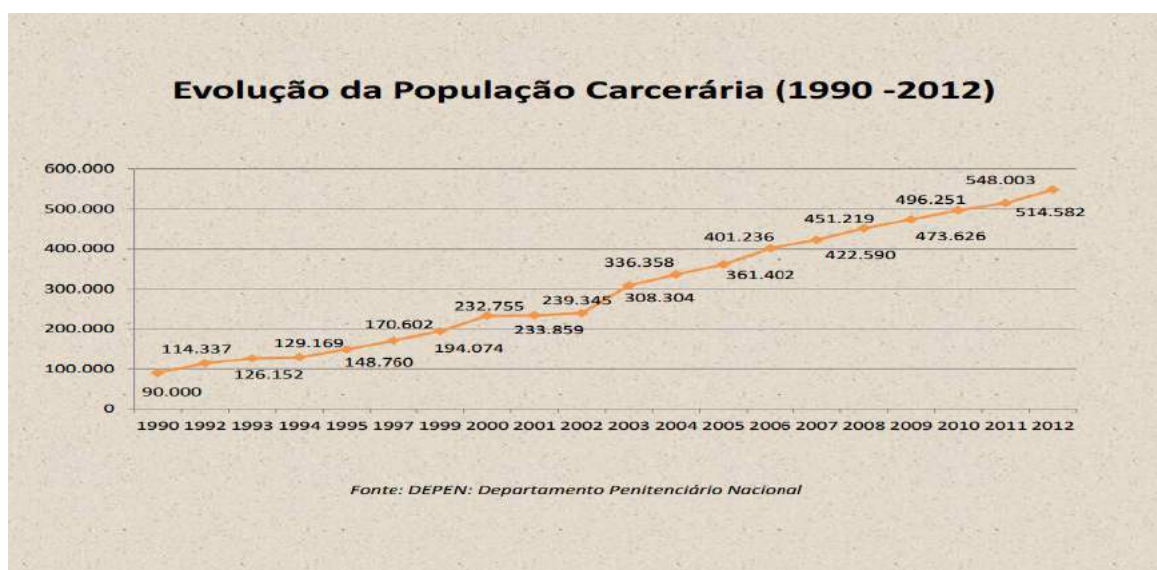
Por fim, destacamos a declaração do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) de que a prática do/a assistente social no Sistema Prisional não deve seguir a forma punitiva, repressora e coercitiva, costumeira no âmbito Penal. Pelo contrário, deve ser uma ação política e socioeducativa voltada para a liberdade, que possibilite ao usuário a reflexão, o diálogo. Cabe ainda ao profissional reafirmar o seu compromisso pela defesa dos direitos humanos, apontar as violações de direitos que acontecem nesses espaços e levar as informações às instituições apontadas pela Lei de Execução penal para conhecimento e devidas providências. (Nota Pública CFESS, 2011, Sobre atribuições de assistente social retratadas na novela *Insensato Coração*, da Rede Globo de Televisão)

6 DADOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL E DAS CONDIÇÕES DOS PRESÍDIOS FEMININOS

Analizando os dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciário (InfoPen) do Ministério da Justiça, evidencia-se que no período de 2000 a 2012, o número total de pessoas presas no Brasil cresceu em torno de 136%, visto que em 2000 a população prisional era de 232.755 presos e em dezembro de 2012 passou para 548.003. Já a população nacional, cresceu em 14% no mesmo período, conforme dados do IBGE em 2000 a população era de 169.799 e em 2012 de 193.000¹⁹. Esse crescimento da população presa é alarmante e confirma o mencionamos anteriormente nos referenciando em Wacquant (2001) a respeito da ação pensada do Estado em relação ao aprisionamento da população, e como bem demonstra o autor, a população pobre

Diferentemente do crescimento populacional a taxa de encarceramento no Brasil teve grande crescimento nas últimas décadas, conforme revela o gráfico abaixo.

Gráfico 1- Evolução da População Carcerária



¹⁹ Ver gráfico do crescimento populacional do Brasil entre os anos 1990 a 2012 em anexo.

6.1 DADOS DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA NO BRASIL E INFORMAÇÕES DE ACORDO COM O SEXO

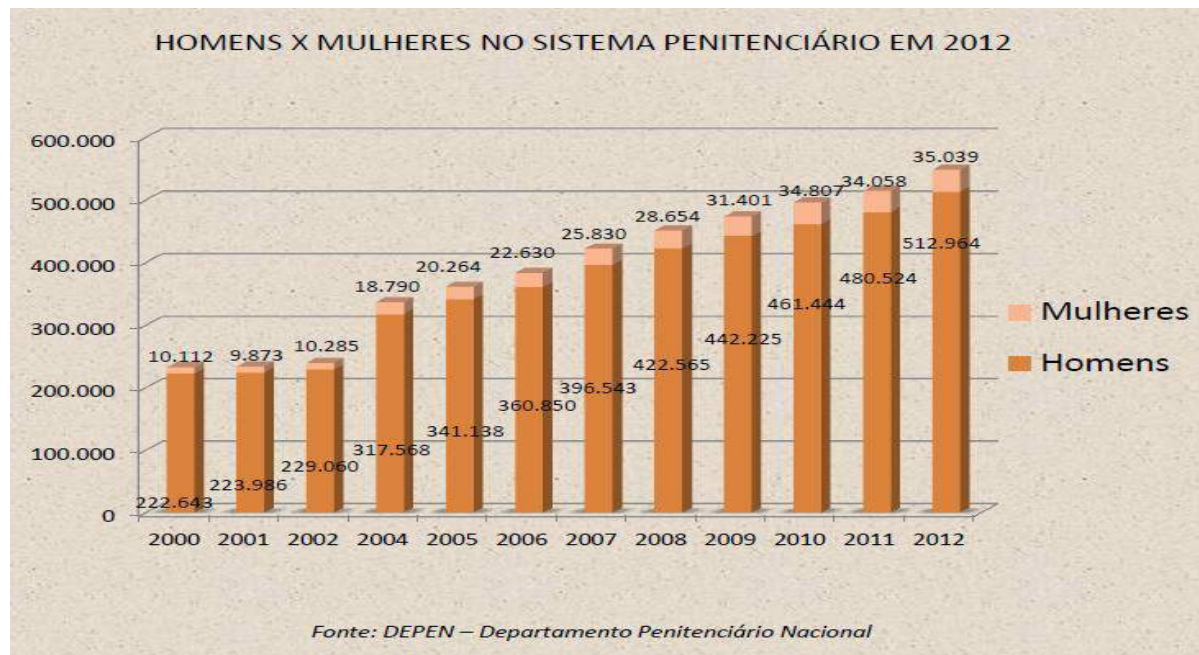
A composição da população geral por sexo do Brasil em 2012, conforme a PNAD do IBGE de 2012, foi de 51,3% de mulheres e 48,7% de homens. Analisando os gráficos abaixo se constata que a configuração da população carcerária em 2012 foi 94% de participação do sexo masculino e 6% do sexo feminino²⁰. Verifica-se ainda que a população carcerária masculina cresceu 130% entre 2000 e 2012, já a população carcerária feminina, mesmo que em números absolutas seja bem inferior, relativamente cresceu bem mais, chegando a 246% no mesmo período. No ano de 2000 eram 10.112 mulheres presas, em 2012 este número é de 35.039.

Todavia o número reduzido de mulheres em situação de privação de liberdade, se comparado ao número de homens reproduz uma invisibilidade das necessidades deste gênero. No cotidiano essas mulheres são obrigadas a se adaptarem aos modelos de estrutura física prisional e de serviços penais pensados para os homens. A realidade mostra que a maioria das Unidades femininas são adaptações de unidades prisionais masculinas desativadas ou inutilizadas, não existindo o mínimo de espaço e serviços penais condizentes com as peculiaridades da condição feminina. Outro elemento dentro desta mesma questão é que mesmo em baixo número comparado aos homens, há falta de presídios para mulheres. O déficit de vagas para mulheres, do cenário do encarceramento, é de aproximadamente 13 mil vagas, dados Infopen 12/2012.

A seguir destacaremos mais algumas informações sobre a população encarcerada no Brasil tendo como fonte o InfoPen.

²⁰ Ver gráfico apêndice.

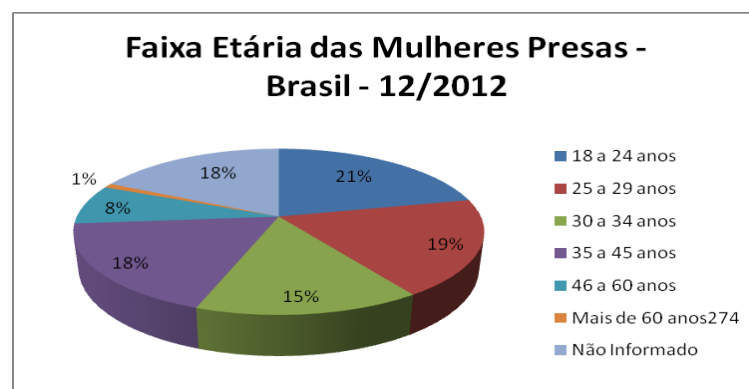
Gráfico 2 –Homens e Mulheres no Sistema Penitenciário em 12/ 2012



6.2 PERFIL DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA FEMININA NO BRASIL

Segundo informações obtidas no DEPEN–MJ, visualizadas nos gráficos 3 e 4 abaixo, a maioria das detentas são jovens, ou seja 55% encontram-se na faixa de 18 a 34 anos, cerca de 53% se declaram negra ou parda (afrodescendente).

Gráfico 3- Faixa Etária das Mulheres Presas- Brasil 2012



DEPEN-Sistema Integrado de Informações Penitenciárias-InfoPen

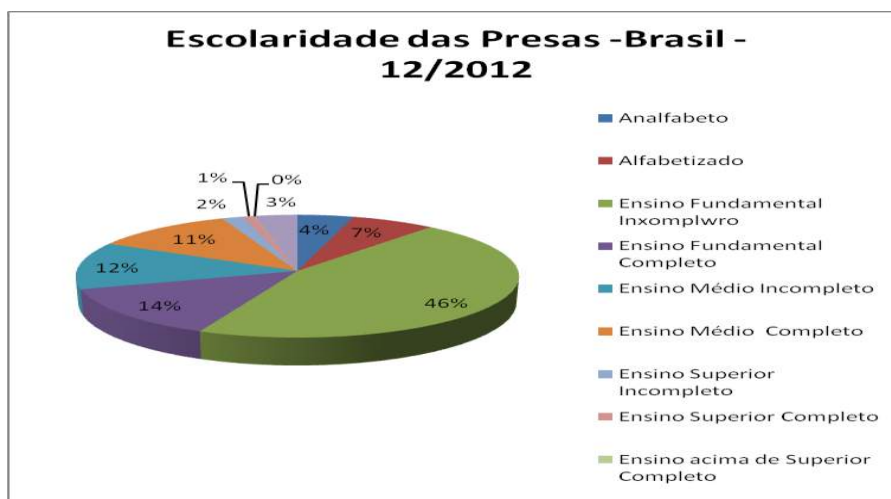
Gráfico 4- Raça/Etnia das Presas no Brasil- 2012



DEPEN-Sistema Integrado de Informações Penitenciárias-InfoPen

Em relação ao estado civil 49% das presas declaram-se solteiras e 23 % em união estável²¹. Em relação à escolaridade das presas no Brasil 04%, 07% alfabetizadas apenas e 46% não possuem o ensino fundamental completo. Como podemos ver abaixo:

Gráfico 5- Escolaridade das mulheres presas no Brasil - 2012



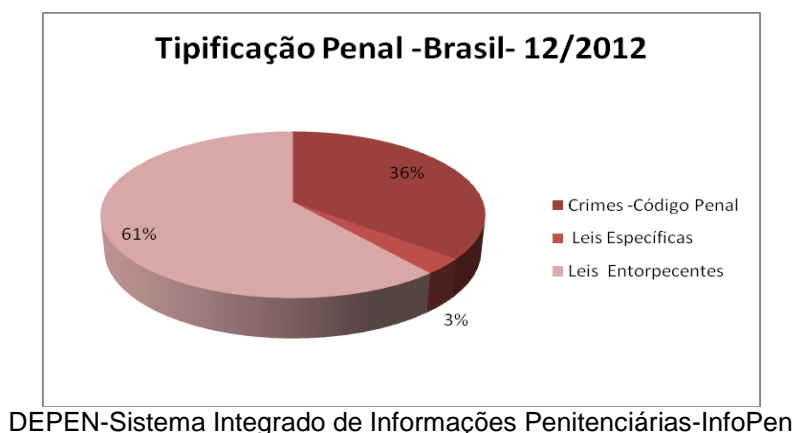
DEPEN-Sistema Integrado de Informações Penitenciárias-InfoPen

²¹ Gráfico apêndice.

Com estes números, logo se verifica o descumprimento do artigo 18 da LEP que determina a obrigatoriedade do primeiro grau como assistência devida às pessoas em situação de prisão (APÊNDICE)

Por outro lado, a grande parte delas, 61%, encontram-se presa por crimes previstos nas Leis Específicas de Entorpecentes como se vê no gráfico a seguir.

Gráfico 6 – Tipificação Penal



6.3 CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DAS PRISÕES FEMININAS NO BRASIL

Neste item faremos uma exposição sobre as condições em que se realiza a prisão de mulheres no Brasil com destaque a alguns aspectos mais gerais e de legislações ou programas específicos, por meio da sistematização de informações que encontramos na internet, em pesquisas disponíveis ao domínio público, em materiais enviados a nós por órgãos oficiais assim como matérias e reportagens jornalísticas sobre o assunto. Não sendo de nossa alçada entrar na particularidade de todo o país apresentamos dados gerais no tópico acima e a partir daqui apresentaremos dados de unidades da federação localizadas em distintas regiões para trazermos mais alguns elementos empíricos ao debate dos direitos das mães presas e seus filhos. Trabalhamos com os estados do Rio de Janeiro, onde nos encontramos, Mato Grosso do Sul, Bahia, Amazonas, Santa Catarina e Paraná. Por fim, ao desenvolver a pesquisa nos chamou atenção a experiência argentina e por isso faremos um relato sobre ela ao final, bem como, da situação das mulheres

estrangeiras presas no Brasil. Em cada unidade federativa apresentamos alguns dados gerais sobre as prisões femininas e o perfil da população de mulheres presas e partimos para a particularidade dos direitos relacionados à maternidade na prisão.

6.3.1 - SISTEMA PRISIONAL FEMININO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

A população estimada do Mato Grosso do Sul em 2012 era de 2.449.341, apresentando total de encarcerados em 12.170 pessoas, sendo que 1.174 destas são do sexo feminino. No mesmo período registra-se um déficit de 875 vagas para mulheres, conforme dados do DEPEN- MJ- InfoPen . Em janeiro 2015, segundo informações (DOP/AGEPEN), a população carcerária feminina no Estado MS é de 1.200 mulheres, delas 941 cumprem pena em regime fechado e as demais encontram-se em regimes mais brandos, sendo que 478 mulheres cumprem pena na capital. A população carcerária feminina representa 9% do efetivo carcerário da unidade federativa, acima da média nacional que é igual a 6%.

A mulher encarcerada em Mato Grosso do Sul encontram-se na faixa etária entre 18 a 34 anos, representando 65% do total população carcerária feminina, 62% declaram-se pardas e 8% negras, 54 % tem o ensino fundamental incompleto e cerca de 76% foram condenadas por envolvimento com tráfico de drogas, segundo números do DEPEN- MJ- InfoPen-12/2012.

Observa-se que as “reeducandas”, geralmente, apresentam um vínculo tão forte com a família que preferem permanecer em uma cadeia pública insalubre, superlotada e inabitável, com chance de receber a visita de sua família e filhos, ao invés de ir para uma penitenciária distante que poderia, eventualmente, lhe dar acesso à remissão da pena por trabalho ou estudo, e a cursos de profissionalização.

No Estado de MS, cabe à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário – AGEPEN assegurar a custódia de presos provisórios e sentenciados, bem como a execução das penas de prisão, além de buscar promover a “ressocialização e reintegração do sentenciado” quando de seu regresso à

sociedade, esta autarquia está vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

O Estado possui 13 unidades prisionais femininas, duas na capital Campo Grande e as demais em cidades no interior do estado. Em todo o Estado apenas uma penitenciária feminina foi edificadas se localiza em Corumbá, as demais foram aproveitadas de prédios de Delegacias de Polícia, Imóveis locados, adaptados ou inservíveis ao público masculino, muitas vezes sem nem mesmo ter feito reforma. Encontra-se em construção, na Capital, uma unidade prisional feminina, para atendimento de 407 mulheres, com área de 6.249 m² que inclui pavilhão administrativo, alojamentos, berçário, creche e espaço de convívio mãe filho. (*Relatório DOP/AGEPEN/Jan /2015*)

Gráfico 10 – Unidades Penais Femininas –Mato Grosso do Sul

13 UNIDADES PENAIS FEMININAS		REGIME		CAPACIDADE	LOTAÇÃO
CAPITAL	Estab. Penal Feminino “Irmã Irma Zorzi” – C. Grande/MS	Fechado		231	362
	Estab. Penal Feminino de Reg. Semiaberto e Aberto – C. Grande/MS		Semiaberto	110	116
I N T E R I O R	Estab. Penal Feminino de São Gabriel do Oeste/MS	Fechado		32	74
	Estab. Penal Regime Semiaberto/aberto – São G. Oeste/MS		Semiaberto	18	11
	Estab. Penal Feminino de Rio Brilhante/MS	Fechado		54	83
	Estab. Penal Feminino Luiz Pereira da Silva – Jateí/MS	Fechado		48	68
	Estab. Penal Feminino de Três Lagoas/MS	Fechado		58	115
	Estab. Penal Feminino Regime Semiaberto/aberto – T. Lagoas/MS		Semiaberto	32	4
	Estab. Penal Feminino de Ponta Porã/MS	Fechado		50	125
	Estab. Penal Regime Semiaberto/aberto – Ponta Porã/MS		Semiaberto	30	21
	Estab. Penal Regime Semiaberto/aberto de Dourados/MS		Semiaberto	40	70
	Estab. Penal Feminino de Corumbá – EPFC	Fechado		108	114
	Estab. Penal Feminino Regime Semiaberto/aberto Corumbá/MS		Semiaberto	20	37
	TOTAL				831
				Déficit de vagas	369

Fonte: Mapa Carcerário/DOP/AGEPEN/Jan /2015.

a) Gestação/Maternidade

Segundo informações do relatório do Comitê Estadual de Acompanhamento Avaliação e Execução dos Direitos das Mulheres Presas e Egressas da AGEPEN/MS, quando é identificado que a detenta encontra-se em situação de gestação ou maternidade, os servidores do estabelecimento devem enviar o registro da informação a diversos órgãos. A exemplo da Secretaria de Saúde, com vistas à inclusão no SUS do Pré-Natal-Web, da Secretaria de Assistência Social, para procedimentos nos Centros de Referência de Assistência Social, Defensoria Pública, visando o acompanhamento jurídico e solicitação de direitos da mulher e outros.

Conforme o referido relatório, a Nota Técnica Conjunta n.º 01/2011-DAPES /SAS/MS-DIRPP/DEPEN/MJ de 16 de dezembro de 2011 prevê a inclusão da população feminina gestante e puérpera no sistema prisional na Rede Cegonha²². Cabendo à administração prisional em conjunto com a secretaria Estadual e Municipal de Saúde garantir seu acesso.

Consta do relatório que em janeiro de 2015, 39 mulheres encontravam-se em condições de gestantes, lactantes, parturientes e mães com filhos, representando 3,25% do efetivo carcerário total.

**Tabela 1- Total de crianças em situação “intramuros” por faixa de idades
JAN/2015**

Quantidade	Faixa de Idade
03	Menores de 2 meses
08	Entre 2 meses e 6 meses

²² Conforme art. 1º da Portaria MS nº 2.351, de 05 de outubro de 2011, a Rede Cegonha, instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde, consiste numa rede de cuidados que visa assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento ao desenvolvimento saudáveis. São objetivos da Rede Cegonha (art. 3º): I - fomentar a implementação de novo modelo de atenção à saúde da mulher e à saúde da criança com foco na atenção ao parto, ao nascimento, ao crescimento e ao desenvolvimento da criança de zero aos vinte e quatro meses; II – organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para que esta garanta acesso, acolhimento e resolutividade; e III – reduzir a mortalidade materna e infantil com ênfase no componente neonatal. A Rede Cegonha organiza-se a partir de quatro (4) componentes (art. 6º): I – pré-natal; II – parto e nascimento; III – puerpério e atenção integral à saúde da criança; e IV – sistema logístico: transporte sanitário e regulação. A Rede Cegonha (art. 10) será financiada com recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

03	Entre 6 meses e 1 ano
02	Entre 1 e 2 anos
02	Entre 2 e 3 anos
0	Maiores que 3 anos
18	TOTAL

Fonte: Comitê Estadual de Acompanhamento, Avaliação e Efetivação dos Direitos das Mulheres Presas e Egressas da Agência Estadual de Administração do sistema Penitenciário.

É assegurado aos filhos a permanência na unidade prisional durante a lactação em um período de 1 a 2 anos, depois deste prazo, havendo núcleo familiar externo positivo (avós, pai, tios), após avaliação do corpo técnico institucional (psicólogos, assistentes sociais, saúde do bebê, direção e chefias) e autorização judicial, a criança é desligada do ambiente prisional.

Tabela 2 – Total de crianças em situações “extramuros” - JAN/2015

Situações Extramuros	Quantidade
Crianças que saíram do estabelecimento prisional junto com a mãe(Alvará de soltura, progressão do regime, etc..)	13
Crianças que foram encaminhadas para os familiares da mãe ou do pai	15
Crianças encaminhadas para Instituição de Acolhimento	04

Fonte: Comitê Estadual de Acompanhamento, Avaliação e Efetivação dos Direitos das Mulheres Presas e Egressas da Agência Estadual de Administração do sistema Penitenciário.

As visitas dos filhos às mães são realizadas no primeiro e terceiro sábado de cada mês, sendo que as crianças são acompanhadas por um maior responsável, conforme Portarias Normativas AGEPEM nº 01, de 30 de novembro de 2010 e AGEPEM nº 03, de 21 de julho de 2011 que disciplinam o direito de visitas nas unidades prisionais.

Em maio/2015 foi criada a primeira Unidade Materno Infantil no Estado, em Corumbá, que contemplou o primeiro espaço de “Convivência Mãe e Filho”. Espaço esse que abria berçário, alojamento das internas, copa exclusiva, etc.. A estrutura permite maior comodidade e cuidados das internas aos seus filhos. O

espaço também é destinado a reclusas gestantes. A unidade tem capacidade para 10 custodiadas, apresenta ambiente lúdico, visando diminuir os impactos do ambiente prisional. Possui também um setor destinado a atendimentos semanais por médico pediatra, voluntário da Marinha do Brasil.

O projeto denominado “adoçando vidas”, desenvolvido pelo Conselho da Comunidade, contribui com recursos para a UMI, obtidos através da produção de doces por um grupo de internas, que é investido na compra de alimentos e fraldas para os bebês. A Prefeitura de Corumbá, por meio da Secretaria de Assistência Social, apoia os trabalhos. A fim de garantir que as mães trabalhem ou estudem no presídio, é permitido que outras detentas cuidem de seus bebês neste período. Nas demais unidades femininas do Estado do Mato Grosso do Sul é garantida a permanência dos filhos com as mães, porém estes espaços são adaptados nas próprias celas, sendo que duas unidades prisionais de regime fechado não dispõem deste local.

Abaixo a foto do Espaço de “Convivência Mãe e Filho localizado em Corumbá” da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública/SEJUSP.



6.3.2 SISTEMA PRISIONAL FEMININO – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A população estimada do Estado Rio de Janeiro em 2012, conforme dados do IBGE, era de 15.993.583, já a população carcerária neste mesmo período foi de 33.826, sendo que deste total 1.829 são do sexo feminino e dentro deste

grupo 27 são estrangeiras. As detentas no Rio de Janeiro, em sua maioria, são jovens, 61 % na faixa de 18 a 34 anos, 42% declaram-se pardas e 24% negras. Em relação à educação formal 53% têm o Ensino Fundamental incompleto e sobre as infrações 56% encontram-se presas por crimes contra o patrimônio e 27% por tráfico de drogas, segundo números do DEPEN- MJ- InfoPen-12/2012.

A Secretaria de Administração Penitenciária/SEAP “tem como missão planejar, desenvolver, coordenar e acompanhar as atividades pertinentes à Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro, no que concerne à custódia, reeducação e reintegração do preso à comunidade em conformidade com as políticas estabelecidas”. A SEAP possui em sua estrutura quatro Subsecretarias Adjuntas: Gestão Operacional, Infraestrutura, Administração e Gestão Estratégica e Tratamento Penitenciário, além de uma Subsecretaria Geral de Administração Penitenciária. Tem ainda três Coordenações de Unidades Prisionais: Gericinó, Grande Rio e Grande Niterói e Norte/Noroeste. O objetivo é dar assistência mais personalizada as direções dos presídios. São órgãos da SEAP: Fundação Santa Cabrini (FSC), o Conselho Penitenciário (CONPE) e o Fundo Especial Penitenciário (Fuesp).

O sistema carcerário feminino no RJ é formado por nove estabelecimentos prisionais: cinco penitenciárias, uma cadeia pública, dois hospitais de custódia e tratamento penitenciário e um patronato com capacidade total de 1.665 vagas, dentre eles possui duas creches e três módulos saúde, sendo um destinado às gestantes/parturientes. Essas informações assim como a de que o sistema apresenta um déficit carcerário de 364 vagas estão no relatório do DEPEN/MJ-dez-2012.

Unidades Prisionais Femininas no Complexo de Geicinó e Campos

Nome	Unidade Prisional	Regime
Penitenciária Talavera Bruce-SEAPTB	Gericinó	Fechado
Unidade Materno Infantil-UMI	Gericinó	Fechado
Presídio Nelson Hungria	Gericinó	Fechado
Penitenciária Joaquim Ferreira de Souza	Gericinó	Semi aberto
Presídio Feminino de Campos –SEAP-PF(1)	Campos	Todos os regimes

(1) O Presídio Feminino de Campos é o único do norte e noroeste do Estado destinado a mulheres.

a) Gestação/Maternidade

No sistema prisional do Estado do Rio de Janeiro as gestantes com mais de sete meses de gestação, processadas ou condenadas, geralmente são concentradas no Presídio Talavera Bruce. Segundo informação obtida por meio da assistente da diretora da UMI por contato telefônico com a direção da Talavera Bruce, em nossa visita no dia 01 de junho de 2015²³, encontravam-se na Talavera Bruce, 29 mulheres em estado de gestação, que dividiam celas coletivas só para gestantes, sendo a lotação máxima por cela de 19 a 20 internas.

Com relação às condições de instalação das gestantes no Estado RJ, transcrevemos observações da pesquisa publicada no Relatório “Dar a Luz na Sombra”²⁴, durante visitas ao Presídio Talavera Bruce, no período de 15 a 18 de fevereiro de 2014:

o alojamento era todo cinza, frio e sujo, e contava apenas com uma série de beliches, dispostos em duas fileiras compridas, a área das gestantes abrigava vinte mulheres.

Em uma reportagem “Mães Presas, Filhos Condenados”, de novembro de 2014, do Jornal Globo, a Coordenadora de Gestão em Saúde Penitenciária do Estado do Rio, Yvone Pessanha, afirma que:

(...) estão disponíveis às presas o pré natal e exames como ultrassonografia. E que elas estão sujeitas ao mesmo tipo de atendimento de qualquer paciente do SUS. O parto é feito em hospital estadual. No Rio, costuma ser no Albert Schweitzer.

Em relação ao atendimento Estadual para com a maternidade o que ocorre é que a assistência é realizada na Unidade Materno Infantil – Creche Madre Teresa de Calcutá foi a 1ª Creche Penitenciária do Brasil, está subordinada à Coordenação do Serviço Social da Subsecretaria Adjunta de Tratamento Penitenciário, apesar de ser um anexo do Presídio Talavera Bruce, tem autonomia

²³ Essa pesquisa contou com autorização da SEAP, conforme documento anexo. Além de documentos fornecidos fizemos uma visita no dia 01 de junho de 2015 para conhecer as instalações da unidade acompanhada da diretora e sua assistente. Aqui destacamos informações obtidas durante esta observação.

²⁴ BRAGA, Ana Gabriela Mendes; ANGOTTI, Bruna. **Dar à Luz Na Sombra:** Condições atuais e futuras para exercício de maternidade por mulheres em situação de prisão. 2015. Período de pesquisa RJ- 15 a 18 fev 2014; PR-29 out 2013, BA-12 a 13 dez de 2013 e AR-01 a 4 fev 2014

administrativa e de gestão. A UMI é destinada às crianças recém-natas no período de 06 meses, podendo ser prorrogado até 12 (doze) meses pelo Juíz da Vara da Infância, Juventude e Idoso, tendo por objetivo garantir à criança o direito ao aleitamento, proteção e acolhimento.

A Unidade é composta de uma ampla área externa, dois grandes alojamentos que as presas dividem com seus filhos, camas e berços dispostos lado a lado, banheiro amplo, com água quente, separação do ambiente sanitário a do ambiente de banho, local adequado para colocar a banheira, espaço para lavagem e secagem de roupas, espaços para banho de sol, cozinha de uso comunitário com todos os utensílios necessários para preparação da alimentação da criança, sala com televisão, ambulatório com profissional de saúde, brinquedoteca, uma pequena biblioteca para as mães, sala para inspetoria e alojamento das ISAP's, espaço reservado para atendimento da psicóloga e assistente social, local para a guarda de pertences, espaço ecumênico (inclusive no dia da visita estava havendo um culto evangélico), área verde e espaço externo coberto para visitas.

A Equipe é composta de 20 profissionais, predominantemente do sexo feminino, entre inspetoras e agentes penitenciárias, enfermeiras, técnicos de saúde, uma assistente social, uma psicóloga, empregados da área administrativa (um motorista e um para serviços gerais) e a diretora. As encarceradas participam de atividades de oficina de artesanato, musicoterapia, nutrição, curso de higienização de mamadeira, aulas de teatro, eventos em datas específicas (Dia das Mães, Páscoa, Dia das Crianças e outros). Além de uma técnica de enfermagem especializada em amamentação. As refeições das mães presas são fornecidas pela Empresa Masan terceirizada do Estado, que também fornece os gêneros alimentícios in natura para preparação da alimentação do neonato (legumes, frutas, carne e outros). O Estado fornece o leite em pó e as fraldas.

Importa mencionar que cabe às presas o cuidado e a assistência ao filho, mas, sempre com o acompanhamento e supervisão diária da equipe. Compõe a rotina na Unidade o recolhimento das mães e seus filhos no início da noite para as dependências internas, quando são contados pelas agentes que posteriormente

fecham as portas pelo lado de fora. No dia seguinte às 8 horas novamente são abertas as portas.

A diretora, durante a visita, nos fez observar que as portas não são de grades e que as mães não podem fumar, uma vez que é transgressão à norma. Esclareceu também, que quando a criança necessita de atendimento médico externo, é acompanhada da profissional da saúde, geralmente a enfermeira, e o motorista da unidade. Não sendo permitida a saída da mãe.

Na data da visita, o número mães em fase de aleitamento era de 17, cada qual com seu bebê, a capacidade máxima de lotação da unidade de 30 mulheres. As mães têm o dever de cuidar dos filhos, bem como colaborar na limpeza das dependências da Unidade Materno Infantil, sempre assistidas e supervisionadas pela equipe da Unidade.

A diretora, em sua fala, relata que a maioria das mulheres grávidas do Presídio de Campos não aceita a transferência para UMI, alegando que ficariam distantes da família e dos outros filhos, renunciando, assim, às melhores condições disponibilizados na UMI.

Sobre o desligamento das crianças, nos foi informado que em sua maioria, ficam sob guarda provisória de familiares, e, que neste ano não houve registro de encaminhamento de crianças para acolhimento em abrigos. Ressaltou, ainda, que as profissionais da assistência social e da psicologia são incansáveis na busca de ações para localizar e sensibilizar a família extensa ou família ampliada da reeducanda, sempre buscando assegurar a manutenção do vínculo mãe e filho.

A Direção relatou, também, que a Unidade vem humanizando o processo de separação entre mãe e filho, buscando sempre a apreensão do contexto psicossocial da família. Evidenciou que em razão da parceria com o promotor e o Juiz da Vara de Infância, Juventude e Idoso, a maioria das audiências de desligamento das crianças ocorrem dentro da UMI, buscando-se evitar o máximo a ida da criança para o serviço de acolhimento.

Abaixo colocamos uma imagem da UMI²⁵ - um espaço de referência, ao lado da cadeia, mães e filhos convivem sem grades por seis meses durante amamentação.



Neste contexto, transcrevemos, falas das presas e de funcionárias da UMI obtidas na reportagem do Jornal O Globo, “Mães Presas e Filhos Condenados.”

Não quero nem imaginar como será o dia do desligamento do meu filho. Preciso controlar a ansiedade para não correr o risco de o meu leite secar — diz Ana Paula, de 34 anos, mãe do pequeno Gabriel, de 21 dias.

Há males que vêm para o bem”. Estou encarando a situação privada como um processo de evolução. Lá fora, não acordaria tão feliz cada vez que meu filho chorasse de madrugada. Cada segundo que passo com ele no colo é valioso — conta Ana Paula, que ostenta na nuca uma tatuagem com os dizeres “Quando não temos o direito de sermos diferentes, perdemos o privilégio de sermos livres”.

A gente se apega às crianças — limita-se a dizer a agente penitenciária.

Jocimara, de 32 anos, descobriu que estava grávida na prisão. Foi flagrada em uma revista corporal num presídio masculino. Desconfiou da gravidez depois de duas semanas no presídio Joaquim Ferreira de Souza, também em Bangu, e porta de entrada do sistema carcerário feminino. Além do bebê que espera, Jocimara tem outros cinco filhos — dois moravam com a avó, no Espírito Santo, e três com ela. Todos agora estão em solo capixaba. As crianças não veem a mãe há cinco meses..

Registramos que, se não fossem os muros altos e as revistas, em nenhum momento se tem a sensação de estar em uma Unidade Prisional. A UMI é um espaço voltado para o cuidado dos recém-nascidos e das mães, que são assistidos por uma equipe especializada que privilegia a dimensão da saúde.

²⁵ Foto: Simone Marinho no Jornal O Globo de 23/12/2013.

6.3.3 SISTEMA PRISIONAL FEMININO – ESTADO DA BAHIA

A população estimada da Bahia em 2012 era de 14.021.432 conforme dados do IBGE, já a população carcerária no período era de 13.705, sendo 693 do sexo feminino, conforme dados do DEPEN-MJ- Infopen 12/2012. A mulher encarcerada no Estado da Bahia, na sua maioria é jovem, encontram-se na faixa de 18 a 34 anos e representam 77% do total. Delas, 69 % declaram-se pardas e 19% negras, 51% têm o Ensino Fundamental incompleto e 89 % encontram-se presas pelo crime de tráfico de entorpecentes, números-Infopen 12/2012.

Cabe à Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização – SEAP, criada pela Lei nº 12.212 de 14 DE MAIO DE 2011 “formular ações penais e de ressocialização de sentenciados, bem como de planejar, coordenar e executar, em harmonia com o Poder Judiciário, os serviços penais do Estado”. Importante mencionar que esta secretaria é originária da desvinculação do sistema prisional da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, onde era gerido através da Superintendência de Assuntos Penais (SAP).

O sistema carcerário feminino no Estado é composto por nove estabelecimentos prisionais, oito destes mistos e apenas um exclusivamente feminino, o Conjunto Penal Feminino de Salvador que integra o Complexo Penitenciário do Estado da Bahia (da Mata Escura).

No Relatório “Dar a Luz na Sombra”, as pesquisadoras citam a crítica que a Diretora da Penitenciária Feminina: “concentração da população feminina na capital de Salvador que provoca o deslocamento das mulheres da cidade de origem para Salvador, bem como as unidades mistas cujos gestores homens não conhecem as peculiaridades femininas” (p. 51), isso demonstra da desconsideração aos direitos das crianças e das mães.

a) Gestação/Maternidade

As presidiárias grávidas no Presídio Feminino de Salvador, fazem exames e acompanhamento pré-natal. Na hora de dar a luz, a interna é escoltada até o hospital, onde permanece num quarto separado, sempre vigiada. As policiais

mulheres, em geral, não colocam as algemas na parturiente, ficam entretendo-as com dentro do quarto, enquanto os homens ficam do lado de fora. Conforme o relatório “Dar a Luz na Sombra” as gestantes e as mães com os bebês ficam em uma galeria no segundo piso da Penitenciária Feminina, sendo que cada mãe fica em uma cela com o seu bebê.

Apesar da precariedade do local, em todas as celas tinham chuveiro e banheirinhas e estavam muito cuidadas pela detentas, com prateleira com produtos de bebê, desenhos e varais estendidos que quebravam o cinza do concreto das celas. No entanto, o lugar não é adequado para o convívio de grávidas e bebês. É úmido, pouco arejado e barulhento. Então podemos dizer que não há uma política de acolhimento à gestante, puérperas e bebês na Unidade. (BRAGA, 2015, p.51)

A partir dos seis meses as mães que não apresentam familiares que possam ter a guarda de seu filho, tem a criança abrigada, geralmente, no Centro Nova Semente (CNS) localizado próximo do Complexo da Mata Escura. O Centro Nova Semente pertence à Arquidiocese de Salvador, onde trinta filhas e filhos de mães e ou pais encarcerados vivem sob os cuidados de duas religiosas, funcionárias e voluntárias.

A guarda da criança é dada por meio de decisão judicial da Vara da Infância, que decide onde as crianças devem ser abrigadas. A diferença do CNS para os demais abrigos do Estado, é que toda às quinta-feiras as crianças são levadas para visitarem as mães pelo um período de 3 horas. Possibilitando às mães reaverem a criança quando saírem da prisão. Aos 5 anos as crianças são inseridas na Escola Municipal/Estadual.

Ilustrando a violação dos direitos da criança, das gestantes e das mães reeducandas no Presídio Feminino, reproduzimos alguns casos e falas que caracterizam o desrespeito à dignidade humana. Irmã Adele, fundadora e gestora do Centro Nova Semente, em entrevista realizada pelas pesquisadoras para a pesquisa “Dar a Luz na Sombra” conta:

...resultado? Ficaram tanto falando, construíram um berçário, não sei que moda foi da Justiça de fazer um berçário. Nós fomos para a inauguração do berçário. Ai pegaram uma sala lá, colocaram quatro berços, tudo novinho e aí foi a inauguração. O secretário de Justiça, Nelson Pelegrini, hoje deputado federal, colocou lá a placa com o nome dele ‘inaugura-se o...’ e botou a placa antes [da inauguração] e fez a inauguração. E nós fomos para a inauguração. Quatro berços, tinha uma pia lá para as meninas darem banho nas crianças. Só. Mas não tinha uma cadeira para as mulheres ficarem sentadas, não tinha um sanitário. Como é que a mãe ia ficar o dia

todo tomando conta da criança ali, de pé, se não tinha... de pé. Não funcionou não, por isso que acabou. Por isso que as crianças ficam com a mãe na cela. (...) Não tem, não existe estrutura. É só inaugurar as coisas só pra dizer que fez. (...) Elas têm razão [de não quererem ficar no berçário]. O jeito que era. Agora se fosse um berçário organizado, que a mãe ficasse ali, que tivesse até uma cama para descansar, e tudo". (Idem)

Há ainda o relato de presidiárias do Presídio Feminino de Salvador que obtivemos por meio do programa "Caminhos da Reportagem - Separados pelo Crime" da TV Brasil em 07/05/2015:

É bom! Que pena que só permite uma vez na semana... Na quarta eu nem durmo esperando ela vir.

É um desespero na hora que ela vai embora.

Qual é a mãe que quer separar do filho?

Bem como depoimentos dos filhos: "Se eu não tivesse a questão da visita, eu me tornaria um ser humano mais frio, por não ter tido contato com a mãe" disse Allan Scharam, 21 anos, que passou metade da vida longe da mãe que estava presa. Na fala do filho ele reivindica um direito básico que está garantido pelo ECA que é a convivência familiar. É lógico que nos casos de pai ou mãe presos haverá questões distintas, mas a relação familiar, apesar das limitações é um direito que deve ser preservado.

6.3.4 - SISTEMA PRISIONAL FEMININO DE SANTA CATARINA

A população estimada de Santa Catarina em 2012 foi de 6.249.682, conforme dados do IBGE, já a população carcerária totalizava 16.623, sendo 1.206 do sexo feminino, conforme dados do DEPEN-MJ- InfoPen-12/2012. A mulher encarcerada em Santa Catarina, na sua maioria, é jovem, encontra-se na faixa de 18 a 34 anos, ou seja, 69%, sendo que 63 % declaram-se brancas e 23% pardas, 47% tem o Ensino Fundamental incompleto e 60% encontram-se presas pelo crime de tráfico de entorpecentes, números obtidos InfoPen –12/2012.

O Departamento de Administração Prisional é o responsável pela administração da Execução Penal no Estado, visando custodiar os reclusos e contribuir para sua reinserção social. Encontra-se vinculado a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania. Segundo relatório estatístico - DEAP-SJC existem somente

três presídios exclusivamente femininos no Estado de Santa Catarina: o Presídio Feminino de Florianópolis que se localiza na capital, o Presídio Regional Feminino de Tubarão, que se localiza-se na cidade de Tubarão e o Presídio de Lages. Os demais estabelecimentos prisionais são mistos e localizam-se nas cidades de Tijucas, Araranguá, Criciúma, Jaraguá do Sul, Joinville, Mafra, Porto União – UPA, Blumenau Itajaí, Rio do Sul.

a) Gestação/Maternidade

Segundo dados do DEPEN/MJ - Infopen, dezembro de 2012 o estado de Santa Catarina não possui creches, ber rios ou Módulos de Saúde Feminina que atendam às gestantes e parturientes. Neste período, 13 crianças encontravam-se dentro do sistema prisional. Segundo informações do Diretor da Administração Prisional, em 04 fev 15, a Unidade Prisional Feminina de Tubarão não possuía ber rio e/ou espaços compartilhados por mães e filhos. Não tendo sido obtidas informações sobre a Unidade feminina de Florianópolis.

A prisão feminina de Joinville   uma “Ala” dentro do presídio masculino, na qual existe ber rio. As gestantes ficam nessa “Ala” até o bebê completar seis meses de idade quando então a criança é desligada e levada pela família ou conselho tutelar, conforme informações da Pastoral Carcerária de Joinville. Suzane Vieira em seu TCC “Mulheres Triplamente Penalizadas”, descreve que a Unidade Feminina de Florianópolis, “   bastante precária, por omissão de órgão mantenedor, inclusive não há equipe multidisciplinar, para atendimento das presas e não possuiu em seu quadro funcional assistente social, médico, enfermeiro, psicólogo, dentista, nem advogado. Do corpo técnico, existe somente a diretora com formação em Pedagogia” (p.29-2008).



Acrescentamos trecho da reportagem do jornal Diário do Litoral, em 30/04/2009, com informativos sobre as condições do Presídio Feminino de Florianópolis:

a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Pública e Constituição da Câmara de Vereadores de Florianópolis tá preocupada com a falta de condições da penitenciária feminina da capital. O vereador Ricardo Camargo Vieira explica que o sistema prisional feminino da capital está em segundo lugar no *ranking* dos piores do Brasil, atrás da Penitenciária Feminina Bom Pastor/PE. Já quando o assunto é todo o sistema prisional manezinho, incluindo os homens, a posição é melhorzinha: oitavo pior do Brasil.

Lena, Vanessa Maciel, em seu TCC intitulado “Do Outro Lado do Muro: A Crise de eficácia dos Direitos das Detentas do Presídio Feminino de Florianópolis”²⁶, descreve o cenário do presídio:

no interior das celas as condições são extremamente desumanas, a quantidade de ratos, baratas e outros insetos é realmente assustadora, o que contribui para o acometimento de enfermidades; estas também são ocasionadas pela falta de ventilação necessária, umidade, calor excessivo em determinadas épocas do ano. Na referida unidade não existe alojamento individual, todas as celas são divididas por várias mulheres, superlotadas; não há uma seção devidamente equipada para a gestante e parturiente, já que o alojamento em que estas são recolhidas é igual aos demais e, portanto, inexistente espaço para manterem seus bebês com segurança; assim, mães e bebês dormem nas mesmas camas, sendo que muitas destas camas são beliches, o que aumenta ainda mais o perigo de acidentes. (LEMA, 2011, p.50)

²⁶ LEMA, Vanessa Maciel. **Do outro lado do muro: a crise de eficácia dos direitos das detentas do presídio feminino de florianópolis**. 2011.....

Encontra-se no site da Secretaria de Estado de Justiça, a previsão de que a partir deste ano, 2015, através de convênio entre o Ministério da Justiça e Cidadania e Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, será iniciada construção de uma penitenciária em Joinville, a primeira no Estado a atender gestantes, lactantes e bebês, com capacidade para atender 289 mulheres. A questão da mulher carcerária, no Estado de Santa Catarina, é a ilegalidade sustentada na legalidade, retratando a violação sistemática dos direitos humanos das presas e de seus filhos.

6.3.5 - SISTEMA PRISIONAL FEMININO - ESTADO DO AMAZONAS

A população estimada do Amazonas em 2012 foi de 3.480.937, conforme dados do IBGE, já a população carcerária neste período no Estado foi de 7.775 sendo 669 do sexo feminino, conforme dados do DEPEN-MJ- InfoPen-12/2012. A mulher encarcerada no Estado do Amazonas é jovem, encontra-se na faixa de 18 a 34 anos, o que representa 79% do total de presidiárias. Delas 75 % declaram-se pardas e 16% brancas, 48% têm o Ensino Fundamental incompleto e 85% encontram-se presas pelo crime de tráfico de entorpecentes, InfoPen 12/2012.

Cabe à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap) o planejamento, supervisão e coordenação da execução dos serviços de administração das unidades do Sistema Penitenciário Estadual, em cumprimento à Política Penitenciária Nacional e à Legislação de Execução Penal e também a humanização da vida carcerária, com programas de recuperação dos internos, oportunidades de trabalho produtivo, assistência social e tratamento médico-odontológico. Manaus tem 01 Penitenciária Feminina, 01 Centro de Detenção Provisória Feminina e 01 unidade semi-aberta Feminina. As unidades prisionais no interior do estado são mistas, encontram-se localizados em Coari, Humaitá, Itacoatiara, Manacapuru, Mauês, Parintins, Tabatinga e Tefé.

a) Gestação/Maternidade

O estado do Amazonas tem 01 bercário/creche, não possui módulos de Saúde para gestantes e parturiente, tendo 06 crianças dentro do sistema prisional (dados InfoPen-12/2012). O Centro de Detenção Provisória Feminino (CDPF) inaugurado recentemente, junho de 2014, em Manaus/AM, tem capacidade para 180 presas todavia, em 20 de fevereiro de 2015 já abrigava 214 detentas. O Centro é destinado a mulheres encarceradas provisoriamente que aguardam julgamento, dispõe de berçário, centro médico e ala infantil. Os bebês menores de 6 meses ficam em companhia da mãe. A arquitetura do berçário não possui grades e foi projetada para minimizar impactos negativos da vivência no local. Apesar de reiteradas solicitações não foram disponibilizadas informações sobre as ações institucionais para gestantes e desligamentos das crianças.

6.3.6 - SISTEMA PRISIONAL FEMININO - ESTADO DO PARANÁ

A população estimada em dezembro de 2012 foi de 10.439.601 segundo dados do IBGE, já a população carcerária neste período foi de 31.312 sendo 2.138 do sexo feminino, conforme dados do DEPEN-MJ-InfoPen- 12/2012. A mulher encarcerada no Paraná é jovem, encontra-se na faixa de 18 a 34 anos, ou seja, de 54% do total. 70% declaram-se brancas, 48% têm o Ensino Fundamental incompleto e 51 % encontram-se presas pelo crime de tráfico de entorpecentes, números InfoPen 12/2012. O Departamento Penitenciário do Estado do Paraná – DEPEN é o gestor do sistema penitenciário, constitui-se em unidade administrativa de natureza programática da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. No Estado existem duas unidades penais exclusivamente femininas: a Penitenciária Feminina do Paraná (PFP) de regime fechado, e o Centro de Regime Semiaberto Feminino de Curitiba.

a) Gestação/Maternidade

Na pesquisa do “Dar a Luz na Sombra”, as autoras descrevem que a Penitenciária Feminina do Paraná tem uma ala separada para gestantes e mães

com crianças de até 6 meses. “Este espaço é bem estreito (uma espécie de corredor com quartos), composto por sete celas, com duas camas cada, um banheiro de uso geral e uma lavanderia. Relatam que as condições de infraestrutura e higiene são completamente insalubres, não sendo um lugar apropriado ao período de gestação ou amamentação. “Nesse espaço as mães ficam o tempo todo com os bebês, inclusive dormem com eles.” Evidenciaram, durante suas visitas na Unidade, o contraste entre o tratamento destinado às grávidas e às mães com bebês, ressaltando que existe uma valorização do recém-nascido, em detrimento da mãe. Porém, destacam a possibilidade de remição da pena por estudo, leitura e trabalho é garantida na PFP. Existindo cursos profissionalizantes e trabalho para todas, inclusive puérperas.

O relatório “Dar a Luz na Sombra” informa que os bebês após seis meses, vão para a Creche Pré- Escolar “Cantinho Feliz” que se encontra localizada dentro da Penitenciária Feminina do Paraná. A creche é equipada com 24 leitos destinados às crianças até 6 anos de idade. Em 2013, eram abrigadas cerca de trinta crianças, número informado pela Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. As pesquisadoras relatam, ainda, que o desligamento das crianças é realizado com o acompanhamento de assistentes sociais que buscam sempre os parentes de 1º grau. A diretora da Unidade declara que raramente a criança é entregue aos parentes mais remotos ou ao abrigo.

O vídeo “Creche – Cantinho Feliz”²⁷, relata o cotidiano da unidade. As mães que têm filhos na creche devem trabalhar lá, em regime de escala, composto de dois turnos: 6 às 14 horas e de 14.00 às 19.30 horas de segunda a domingo. Cada mãe cuida de três crianças, ou seja, uma cuida do filho da outra. São elas as responsáveis pelo preparo da alimentação, limpeza, higienização, refeitório, trocar fraldas, tudo que for necessário para o funcionamento da creche e assistência às crianças. À noite as crianças dormem sozinhas tendo duas guardas escaladas para tomar conta. A maioria das mães internas discorda com a rotina de escala, por não permitir a atenção aos filhos uma vez que também são responsáveis pelo

²⁷ **Cantinho Feliz** - Penitenciária Feminina de Piraquara (Parte 1-2). Jornalismo –UniBrasil. Gravação Set/Out de 2010. Projeto de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BWSMKelJS0U>. Acesso em 20 de novembro de 2014.

cuidado de mais crianças. A seguir, reproduzimos, falas das presas e da diretora, obtidas através do vídeo:

Só o fato de estar perto deles e eles me verem todos os dias...”
(reeducanda que também já foi criança abrigada na Creche Cantinho Feliz)
“Uma cuida do filho da outra... (reeducanda)

Eu não concordo com a escala porque a gente não cuida do nosso filho, antes não era assim...

Eu já concordo, pois se com a escala já tem confusão, sem ela, seria muita mulher junta para fazer fofoca... e mesmo assim sai confusão... saem no tapa, e aí vai para tranca.

Era para todo mundo se dá bem, uma ajudar a outra... (reeducanda)

Aqui tem normas, é uma prisão... a tranca é um cubículo com vaso sanitário, um colchão e se toma banho três vezes por semana, o tempo é conforme o delito. (Diretora da Unidade).

Em imagens de vídeo, a creche apresenta boa área externa, jardim, espaços adequados e limpos. A unidade é supervisionada por nutricionista, possui atendimento médico e pedagógico, entretanto não contempla atividades educacionais formais conforme determina a Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB.

6.3.7 - SISTEMA PRISIONAL FEDERAL ARGENTINO

A partir de nossa leitura do relatório da pesquisa “Dar a Luz na Sombra” (LOPES, 2011), entendemos ser de interesse citarmos, também, a etapa do trabalho realizado no sistema prisional da Argentina, a título de conhecimento da realidade de outro País, assim faremos neste item para ilustrar a situação dos nossos vizinhos. A Argentina possui dois tipos de sistemas penitenciários: o Federal e os Provinciais, estes são responsáveis pela gestão das prisões e dos indivíduos condenados por tribunais provinciais. A pesquisa foi realizada na Unidade Feminina do Sistema Penitenciário Federal da Argentina e ressaltam as pesquisadoras que a realidade de uma Unidade Provincial é certamente mais grave e precária.

No ano de 2010, 59.227 pessoas estavam detidas em penitenciárias e cadeias argentinas, das quais 49.704 (84%) estavam em prisões provinciais. As instituições prisionais do Sistema Federal detinham os demais 16% dos presidiários, nelas se encontravam encarceradas pessoas acusadas e condenadas por crimes

federais ou delitos comuns de competência das cortes federais, ou seja, aqueles praticados em Buenos Aires, Capital Federal.

a) Gestação/Maternidade

Na Argentina a mulher pode ficar com os filhos na prisão até quatro anos de idade. Essa política, chamada de “co-residence program”. Entretanto, a orientação   que os “módulos de madres”, tidos como estabelecimentos modelos, sejam substituídos por sentenças não custodiais, como prisão domiciliar ou casas comunitárias. As pesquisadoras relatam que em entrevista com as defensoras públicas federais, “apesar da previsão legal,   baixíssimo o número de ‘*arresto domiciliário*’, uma vez que existe uma seletividade social na concessão de prisão domiciliar pelo juiz que verifica se há condições no domicílio para atender a criança”.

Em trabalho de campo, as pesquisadoras visitaram, em 04 de fevereiro de 2014, a Unidade 31, denominada “Centro Federal de Detenc on de Mujeres ‘Nuestra senora Del Rosario de San Nicolas’, localizada na região de Ezeiza, nas proximidades de Buenos Aires. A Unidade 31 - U31 se diferencia das demais unidades federais femininas em razão de abrigar estrangeiras, primárias, gestantes e mães com crianças de até quatro anos de idade, as defensoras declaram que é a melhor Unidade Feminina Prisional do país. Neste dia, a lotação era de 133 mulheres, dentre as quais, 23 grávidas, 26 mães e 27 crianças, que se concentravam nas duas alas finais da prisão.

Segundo as pesquisadoras, “o espaço   razoável, com ar condicionado e o mais importante, tem livre acesso a área social da ala que possui com televisão, geladeira, copa e telefones públicos, além de oportunidades de estudo e trabalho.” Os quartos das mães e de suas crianças são arejados, equipados e limpos. A U31 tem atividades para as presas, tais como: oficinas pedagógicas, esportes e até pilates para puérperas e gestantes. As pesquisadoras constataram que as mães da U31 não ficam mais aprisionadas pelo fato de serem mães, como acontece na maioria das unidades materno–infantis brasileiras, na unidade são oferecidas diversas atividades e a creche para deixar as crianças, vai depender somente da vontade da mãe.

Um fato que chamou atenção das pesquisadoras foi a quantidade de telefones públicos no saguão principal. Sendo informado pelo Diretor que o uso destes é livre, por meio de cartão. São utilizados para ligar para família, filhos, amigos e Defensoria Pública, tem como objetivo propiciar o contato com o mundo externo. Não há problemas de segurança no uso uma vez que, por garantia, sempre fica registrado o número discado.

A partir de dois meses e até os quatro anos, por decisão da mãe, a criança pode começar a frequentar o jardim maternal, que fica no prédio ao lado da U31. As pesquisadoras se impressionam com a estrutura material da creche, uma série de salas e espaços com brinquedos, instrumentos pedagógicos, camas, berços e um parquinho externo, todos em perfeito estado de conservação, apesar de o estabelecimento ter sido inaugurado em 1996. Existem quatro salas divididas por idade, com atividades, pedagoga e salas próprias. Segundo a coordenadora que guiou as pesquisadoras na visita ao Centro, a equipe faz reuniões com as mães para o acompanhamento da vida da criança.

Na unidade é permitida, quando autorizado pela mãe, a entrada e saída do filho com sua família, propiciando à criança contato com o mundo externo. Esta prática permite a construção de novos vínculos afetivos familiares e sociais, e, ao mesmo tempo convivendo com a mãe encarcerada. Importa mencionar que a decisão da criança ficar até os quatro anos na unidade prisional é da mãe e não do juiz.

A partir dos 4 anos a criança fica na guarda de parentes de primeiro grau da detenta. Caso não haja parentes, ou outra pessoa de escolha da mãe, dispostos a ficar com a criança, outra opção é a família substituta – famílias voluntárias que se inscrevem para cuidar das crianças enquanto suas mães estão encarceradas. Há uma equipe do serviço social específica para tratar deste processo. Surpreende-nos a autonomia das mulheres presas na Argentina, com relação às decisões sobre a vida de seus filhos, inexistindo interferência do poder Judiciário e da Gestão Prisional como no Brasil.

6.3.8 - SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL – MÃES ESTRANGEIRAS

O Brasil, em Dezembro/2012, apresentava um quadro de 35.039 mulheres no sistema carcerário, delas 774 eram estrangeiras, conforme Depen/Mj-Infopen. Da população estrangeira encarcerada 31% era de origem Africana, 17% Bolivianas e 7% Paraguaiaias sendo que a maioria encontrava-se condenada por crimes de tráfico de drogas. O Jornal O Globo, em sua reportagem “Mães Presas Filhos Condenados”, em 23/12/2013, descreve o quadro da situação das estrangeiras no regime prisional Brasileiro. Transcrevemos alguns aspectos da reportagem.

Isabela Cunha, advogada, do “Projeto Estrangeiras”, do Instituto Trabalho e Cidadania (ITC), faz um acompanhamento jurídico e social dessas mulheres, na entrevista, explica:

As estrangeiras não têm para quem entregar os bebês e o contato com as famílias, às vezes, é bem difícil. Tem consulado que ajuda e tem consulado que não faz nada. E se a família não tem dinheiro para buscar a criança, a mãe é obrigada a mandar para o abrigo, ficando sob a custódia do judiciário da vara da infância.

A presidente do ITC na mesma Matéria complementa que:

Grande parte das estrangeiras presas têm filhos pequenos e passam por grandes dificuldades financeiras. Uma ou outra são presas por pequenos furtos. A maioria vai por tráfico e é presa com pequenas quantidades, muitas vezes delatadas pelos próprios traficantes para alguém com mais drogas passar.

Maiá Tatiana Farah, em visita ao “Lar Vinicius”, em São Paulo, traz o relato de Julio, um criança abrigada, com a ausência maternal.

Como se o conhecesse desde sempre, Julio estica os bracinhos e se acomoda no colo de seu Antonio. Passa as mãos pequenas no seu rosto, ri, brinca — e chora quando o idoso vai embora. Mas seu Antonio volta na semana seguinte. Afinal, não cruzou o Atlântico para retornar a Angola com as mãos vazias: levará o neto de um ano e quatro meses, que acabou de conhecer. O que parece um “final feliz”, e talvez seja, é uma história de dor e separação. Marta, a mãe do menino e filha de Antonio, passará pelo menos cinco anos sem ver a criança. Ela é uma angolana presa em São Paulo por tráfico internacional de drogas. É uma das chamadas mulas.

Se a situação das mães e de seus filhos nascidos nas prisões do Brasil é de barbárie, pior está a situação das estrangeiras, que se encontram fora do seu país, distante da família, sem amigos, com dificuldades de comunicação e sem residência fixa para ter direito à prisão domiciliar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho nos debruçamos especialmente sobre os direitos das mulheres presas que são mães. Segundo a Constituição Federal caberá às presidiárias “condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação”. A LEP determina que os estabelecimentos penais destinados às mulheres sejam dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos e amamentá-los, no mínimo, até seis meses de idade, além de local para gestante e parturiente e creche para abrigar crianças maiores de seis meses e menores de sete anos. Estabelecendo, ainda, preferência para penas não privativas de liberdade para mulheres grávidas e com filhos dependentes.

Outras legislações complementares como o Estatuto da Criança e do Adolescente e as “Regras de Bangkok para o Tratamento da Mulher Presa e da Criança”, aprovadas pela ONU em dezembro de 2010, também orientam sobre os direitos dessas pessoas. Entretanto, verifica-se que na realidade, no cotidiano destas mulheres e de seus filhos nas prisões no Brasil, não são desenvolvidas ações institucionais que levem a um atendimento “humanizado” como previsto nas leis.

A pesquisa mostra que os espaços de berçário e Creche das unidades prisionais não observam a Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, que determina uma ação pedagógica. Verifica-se, de modo geral, a falta de compromisso do Estado com a primeira infância, caracterizando a violação dos direitos da criança, nas dimensões de saúde, de educação, emocional e cognitiva, na realidade este funciona como uma estrutura de separação para mulheres que estão em companhia dos filhos.

O trabalho produzido mostrou a ausência de informações estatísticas quanto ao número de filhos “extramuros”, números de grávidas e mulheres que se encontram amamentando no sistema prisional. Além da falta de dados quanto ao número de filhos “intramuros” em nível nacional e regional, além de algumas das federações apresentarem dados inconsistentes. Consequentemente como realizar o planejamento de ações e políticas públicas sem qualquer diagnóstico? Sem dados consistentes, não há como realizar planejamento de ações e políticas públicas.

Analisando os dados do InfoPen de 2012, o sistema prisional conta com 1.364 profissionais na assistência social, cenário alarmante num quadro de 548.003 presos, ou seja 401 presidiários para cada assistente social que atua no sistema. Todavia por não estar disponibilizada a distribuição destes profissionais, não podemos ter clareza dos números relativos às regiões do país.

Jovens, afrodescendentes, baixa escolaridade, condenadas por crimes de tráfico de drogas e mães, este é o perfil médio das mulheres que ocupam as prisões no Brasil. Quando o homem é preso, a mulher é o suporte da família, todavia quando a mulher é presa, a família se “desfaz”, até porque são “arrimo de família”, criam os filhos sozinhas ou são as responsáveis, com a prisão as crianças tendem a ficar com outras mulheres com as quais tenham laço afetivo. A sociedade machista e patriarcal tem a expectativa de que a mulher seja dócil e respeite as normas da família. Ao praticar um crime ela é castigada duplamente com a pena de privação de liberdade e o abandono social.

Constatamos que as ações institucionais nos presídios femininos são diferenciadas. Existem unidades mais garantidoras de direitos e mais estruturadas do que outras, entretanto, nenhuma delas funciona em plena conformidade com os preceitos legais. Os resultados da pesquisa demonstram que as instituições prisionais não favorecem a prática de ações em favor da mulher gestante, nem do nascituro.

Somente quando elas se tornam mães, ou seja, aquelas que os filhos nascem na prisão, enquanto ficam com eles no cárcere é que se verifica alguma melhora as condições prisionais, especialmente de tratamento recebido, é quando nota-se uma questão humana em que pressupõe um sentimento de que a “figura materna” encobre a figura da “criminosa”.

Verificou-se que o benefício da prisão domiciliar para gestantes e mulheres puerperais, é um instituto muito pouco aplicado, e os profissionais que atuam na área, explicam que o judiciário é muito duro com certos crimes. Os crimes previstos na Lei de entorpecentes (que levam uma boa parte das mulheres à prisão, 61%) estão entre os que recebem tratamento mais rigoroso; outra questão é cultural,

já que pune moralmente e por isso de discriminatória à conduta da mulher “criminosa”.

Os Estados do Rio de Janeiro, Amazonas e Mato Grosso do Sul, possuem apenas uma Unidade Materno Infantil cada um, para atender toda população carcerária feminina do Estado. Estas unidades têm espaço de berçário que permite o convívio entre mãe e o recém-nato. Nos Estados do Paraná, Bahia e Santa Catarina, é garantida a permanência dos filhos com as mães, porém são locais adaptados nas próprias celas.

Uma questão significativa, que a pesquisa apontou é que apesar da Resolução 03/2009-CNPCP instituir o prazo de até um ano e seis meses, para permanência da criança com a mãe durante o período de aleitamento, a maioria das unidades prisionais tem como regra a permanência apenas até os seis meses de idade. Todavia, nas unidades do Rio de Janeiro e Cuiabá, existe a possibilidade de prorrogação pelo Juiz da Vara da Infância.

Não podemos deixar de registrar aqui, nossa surpresa diante das condições extremamente desumanas e de total violação de direitos legais do Presídio de Florianópolis/SC. O estado, apesar de apresentar um dos maiores Índices de Desenvolvimento Humano do país, negligencia condições fundamentais para atendimento das mães e para o de desenvolvimento psicossocial das crianças que nascem em seu cárcere. Até hoje, Santa Catarina não tem penitenciária feminina que atenda às gestantes, lactantes e seus filhos.

Embora tenha sido uma abordagem a título de complementação, não podemos deixar de registrar, a surpresa em saber que na Argentina as mulheres presas tomam decisões quanto ao destino de seus filhos. E que foi observado na Unidade Prisional 31, na região de Ezeiza, nas proximidades de Buenos Aires que as condições materiais e psicossociais às mães e às crianças estão garantidas, prevalecendo os direitos destas pessoas.

Já no Brasil, cabe ao judiciário, em conjunto com o gestor das unidades prisionais, o destino da vida das crianças das mães presas, uma vez que o código civil no seu artigo 1637 determina que “os pais condenados por crime cuja a pena excede a dois anos de prisão tem o poder de família suspenso”. Para especialistas,

esta medida legal conduz a um viés de exclusão, uma vez que o exercício da maternidade pode representar uma motivação para ressocialização. É positivo destacar que a Vara da Infância em conjunto com os profissionais das unidades prisionais tem buscado priorizar a guarda da criança para a família de primeiro grau (avó, avô, tio, tia...), o abrigo tem sido a última opção.

A questão sobre as influências da permanência da criança junto à mãe no sistema prisional, se é positivo ou negativo, bem como o momento a separação entre eles, não foi objeto de nosso trabalho. Entretanto, não podemos deixar de pontuar a importância de ações institucionais que garantam uma forma humanizada para estas realidades tão complexas.

A pesquisa revela que o exercício da maternidade é realizado de forma precária, em condições subumanas, celas lotadas e inabitáveis. As ações institucionais não são padronizadas, variam conforme a Instituição, não contemplam as particularidades da mãe e da criança encarcerada. A prisão é um reflexo de uma sociedade que reproduz formas de discriminação e exclusão das mulheres. Nas Unidades Prisionais são priorizadas a segurança e a disciplina nas ações institucionais.

As prisões femininas são locais de violações dos direitos humanos, de exclusão social, por isso não podemos deixar de afirmar o descaso e ou a ineficácia de atuação e de posição dos órgãos responsáveis pela Execução Penal, das Varas da Infância e da Adolescência, do Poder Legislativo e Instituições Cíveis na fiscalização e denúncia, como por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil e demais órgãos profissionais como o CFESS.

Não podemos negar os avanços legais, todavia, a realidade das mulheres e seus filhos dentro do sistema prisional revela práticas que são realizadas de forma tímida e fragmentadas. O exercício dos direitos dentro de um estabelecimento penitenciário feminino depende das iniciativas de seus gestores, muitas vezes apresentado em forma de benesses, predominando políticas isoladas e pontuais. A prisão não cumpre sua função de ressocialização. Não existe na prática, perspectivas de humanização. Embora as condições variem

significativamente de um estado para outro, e de uma instituição para outra, as condições carcerárias no Brasil são assustadoras.

Se a situação das presidiárias brasileiras já é caótica, a das mulheres presas estrangeiras é ainda pior, uma vez que não têm família nem amigos, além das dificuldades de comunicação por causa da língua, não tem residência fixa, dependendo dos consulados de seus países, de profissionais comprometidos e de Instituições que dão assistências aos presos.

Na condição em que se encontra a violação de direitos humanos das mães e seus filhos nas Unidades Prisionais do Brasil, o grande desafio do Profissional que atua na Assistência Social no sistema prisional é enfrentar a realidade adversa do país para contribuir na garantia dos direitos dessas mulheres e seus filhos e, portanto, tentar viabilizar os preceitos que orientam a sua intervenção, dirigida pelo Projeto Ético Político da profissão.

Por fim, registramos que esta pesquisa teve o objetivo de contribuir para retirar a invisibilidade da “situação de barbárie” presente nas prisões femininas pesquisadas e que não tem como falar em violação de direitos humanos da mulher encarcerada sem perpassar na análise também pela questão de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Estadual de Administração Sistema Penitenciário. Link: <http://www.agepen.ms.gov.br/?p=935>. Acesso em 05 de janeiro de 2014.

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que matam**: universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2001. Disponível em: http://nuap.etc.br/homolog/wp-content/uploads/2013/06/mulheres_que_matam.pdf. Acesso em 15 de junho de 2015.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**. Editora Revan, 3ª edição, 2002.

BARATTA, Alessandro. O paradigma de gênero: da questão criminal à questão humana. Tradução de Ana Paula Zommer. In. CAMPOS, Carmem Hein (Org.). **Criminologia e feminismo**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes; ANGOTTI, Bruna. **Dar à Luz Na Sombra**: Condições atuais e futuras para exercício de maternidade por mulheres em situação de prisão. 2015.

BRASIL. **Regras mínimas para o tratamento dos presos no Brasil**. Brasília: Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, 1995.

Caminhos da Reportagem – Separados pelo Crime. TV Brasil. 07/05/2015. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br.M>.

Cantinho Feliz - Penitenciária Feminina de Piraquara (Parte 1-2). Jornalismo – UniBrasil. Gravação Set/Out de 2010. Projeto de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BWSMKelJS0U>. Acesso em 20 de novembro de 2014.

COELHO, Marilene. **Imediatividade na Prática Profissional do Assistente Social**. Editora Lumen Juris, 1ª Ed, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Nota pública sobre atribuições de assistente social retratadas na novela insensato coração, da rede globo de televisão**. 2011. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/notapublica_assistentesocialnovela2011.pdf.

Acesso em 17 de abril de 2015.

Diário do Litoral. Link: <http://blog.diarinho.com.br/jaula-feminina-entre-as-piores-dopas>. Acesso em: 23 de março de 2015.

Espaço de convivência mãe e filho garante mais dignidade ao cumprimento de pena em Corumbá. **Notícias MS (online)**. Publicado em 10/05/2015. Disponível em: <http://www.noticias.ms.gov.br/espaco-de-convivencia-mae-e-filho-garante-mais-dignidade-ao-cumprimento-de-pena-em-corumba/>. Acesso em 10 de junho de 2015.

FERNANDES, Antonio Scarance. **Execução penal**: aspectos jurídicos. *Revista CEJ* (Brasília), Brasília, v. 3, p. 68-83, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Tradução de Raquel Ramalhete. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013

Human Rights Watch. Disponível em: <http://www.hrw.org/portuguese/reports/presos>. Acesso em: 14 de maio de 2015.

Joinville terá penitenciária feminina, anuncia ministra. **Notícias do Dia**. Publicado em 23/01/2014. Disponível em: <http://ndonline.com.br/joinville/noticias/137420-joinville-tera-penitenciaria-feminina.html>. Acesso em 20 de novembro de 2014.

LEAL, César Barros. **Prisão**: Crepúsculo de Uma Era. 2ª ed. Belo Horizonte, Del Rey, 2001.

LEMA, Vanessa Maciel. **Do outro lado do muro: a crise de eficácia dos direitos das detentas do presídio feminino de florianópolis**. 2011. Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina (CESUSC). Monografia Curso de graduação em Direito. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/depen/main.asp?View=%7B71FD341F-0531-4BAB-A567-72586745CB18%7D&Team=¶ms=itemID=%7B50F02C4A-1230-4954-AA00-B6739A4B8602%7D;&UIPartUID=%7B2868BA3C-1C72-4347-BE11-A26F70F4CB26%7D>. Acesso em: 19 de março de 2015.

LOPES, Hálisson Rodrigo; PIRES, Gustavo Alves de Castro; PIRES, Carolina Lins de Castro. Organização penitenciária e os tipos de estabelecimentos prisionais no Brasil. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 120, jan 2014. Disponível em:

<http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14117>. Acesso em jun 2015.

Mãe Presas, Filhos Condenados – Reportagem – O Globo - Jornal

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Volume I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Ed. Abril Cultural, 2002, p. 81.

MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Execução penal**: comentários à Lei nº 7.210, de 11/07/1984. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2004, p. 874.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. *Revista Temporalis*, 3, (Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS), 2ª ed. Ano II, 2004.

PIOVESAN, FLÁVIA. A mulher e o debate sobre direitos humanos no Brasil. In: **Direitos humanos**: atualização do debate. Ministério das Relações Exteriores e UNDP, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: Almeida, H.B & Szwako, J.(orgs) **Diferenças, Igualdade**. São Paulo: Berlindas & Vertecchia, 2009, col. Sociedade em Foco.

Prisional. Link: <http://prisional.blogspot.com.br/2014/01/os-dez-piores-presidios-do-brasil.html>

Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok). Disponível em: <http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/Tradução-não-oficial-das-Regras-de-Bangkok-em-11-04-2012.pdf>. Acesso em : 20 de junho de 2015

Relatório do Comitê Estadual de Acompanhamento Avaliação e Execução dos Direitos das Mulheres Presas e Egressas da AGEPEN/MS.

Resolução CNPCP nº 16 de 17/12/2003. Disponível em: http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-16-2003_99429.html. Acesso em: 15 de agosto de 2015.

RIO GRANDE DO SUL, Tribunal de Justiça do. **Conflito de Jurisdição Nº 70046682498, Terceira Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS.** Relator: Francesco Conti. Julgado em 09/02/2012. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/?q=lei+maria+da+penha+e+homem>. Acesso em 10 de março 2014

RUSCHE, Georg. KIRCHHEIMER, Otto. **Punição e estrutura social.** 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SANTA RITA, Rosangela Peixoto. **Mães e crianças atrás das grades:** em questão o princípio da dignidade da pessoa humana. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE7CD13B5ITEMID50F02C4A12304954AA00B6739A4B8602PTBRIE.htm>- Acesso em 19 de março de 2015.

SCOTT, Joan W. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher-Sedim e Agende - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento. **Direitos humanos das mulheres em outras palavras: Subsídios para capacitação legal de mulheres e organizações.** Brasília, DF: 2002.

SOARES, Bárbara Musumeci e ILGENFRITZ Iara. **Prisioneiras:** vida e violência atrás das grades. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: **Mulher e Política – Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores.** São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. Disponível em: www2.fpa.org.br/uploads/vera.pdf. Acesso em 20 de

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos Humanos.** Editora Petrópolis: 3ª edição, 2011.

WACQUANT, Loic. **Punir os pobres** - A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Tradução Deniana Aguiar. Coleção Pensamento Criminológico. Editora Revan: 3ª Ed, 2007.

WACQUANT, Loic. **As Prisões da Miséria –** Tradução André Telles, tradução da Introdução à segunda edição do prefácio Maria Luisa X de A. Borges-2.ed-Rio de Janeiro:Zahar, 2011

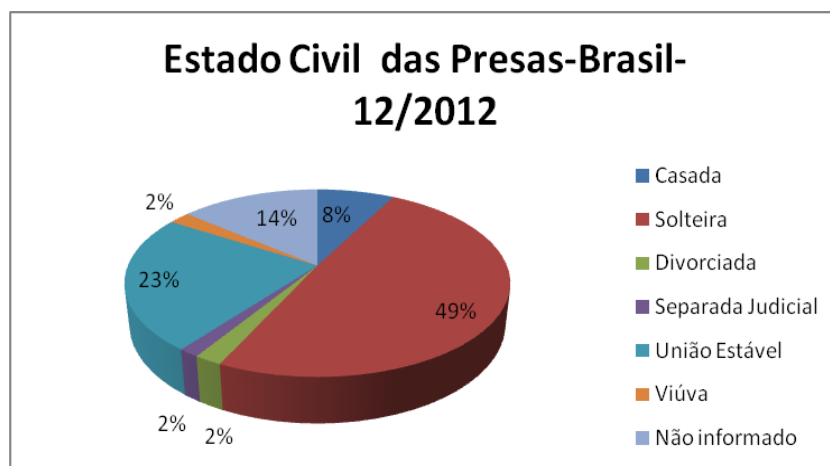
APÊNDICE

Gráfico - População Carcerária por Sexo



Fonte :DEPEN-Sistema Integrado de Informações Penitenciárias-InfoPen

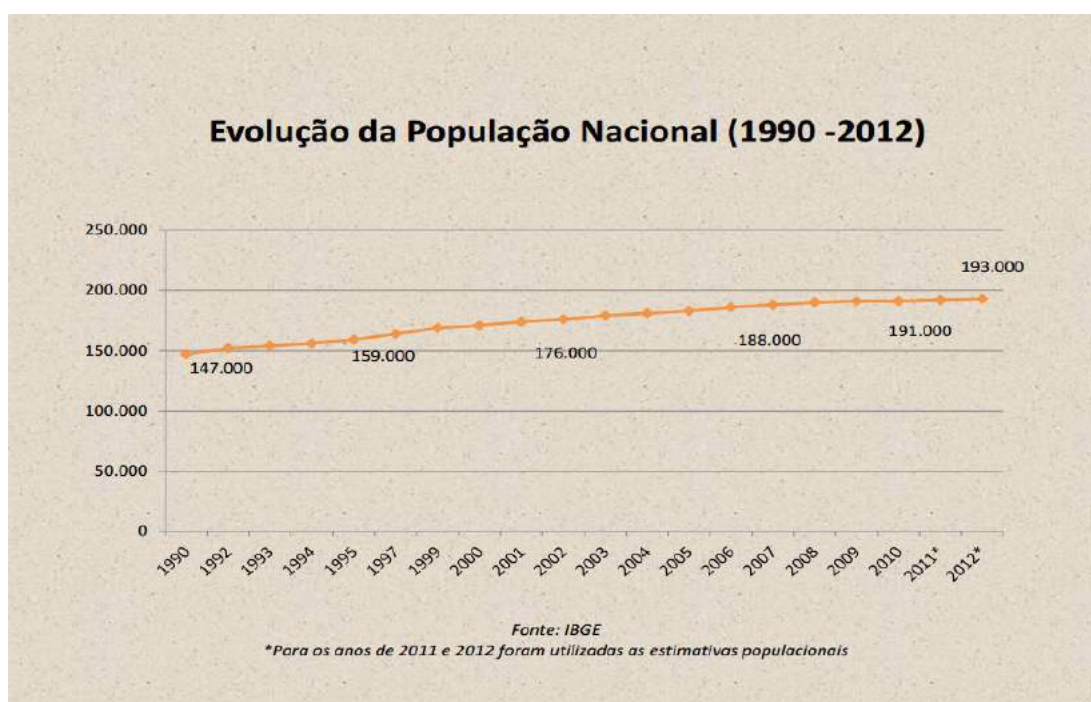
Gráfico – Estado Civil das Presas -Brasil



Fonte :DEPEN-Sistema Integrado de Informações Penitenciárias-InfoPen

ANEXO

Gráfico – Evolução da População Nacional -1990-2012



CI SEAP/EP N °366/2015 -RJ



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária
Escola de Gestão Penitenciária

CI SEAP/EP N° 366

Rio de Janeiro, 19 de maio de 2015.

Para: Direção da Unidade Materno Infantil

Da: Escola de Gestão Penitenciária

Assunto: Encaminhamento de documentação de pesquisa autorizada

Cumprimentando-a, encaminho a essa Direção, documentação anexa relativa ao processo E-21/087/255/2014, na qual a pesquisadora Kátia Argina Fernandes Vaz, RG: 09.502.554-0, foi autorizada a realizar pesquisa nesta Unidade em data a combinar. Sua pesquisa versa sobre "As Ações Institucionais Dirigidas as Mães Presas na Abrangência da Seap-RJ".

Atenciosamente,


Paulo Alier de Oliveira Vazquez
Diretor da Escola de Gestão Penitenciária
Id. Func.1970854-8

Handwritten notes:
du Senne
nº 1802

Rua Senador Dantas, 15 - 5º andar - Cinelândia, CEP 20.031-202 - Rio de Janeiro -RJ
Tel: (21) 2332-8209

010.004.000.201

Email da SEAP/ESAP/NEP-AM

iG Mail :: Resposta a sua pesquisa ON-LINE com relação ao número... https://webmail.ig.com.br/?_task=mail&_action=print&_uid=3564...



Resposta a sua pesquisa ON-LINE com relação ao número de melhores presas no Estado do
Assunto Amazonas, nº de mulheres estrangeiras, nº de filhos, nº de mulheres período de lactação
etc.....

De Arildo Jose Castro Alves <arildojoseh@yahoo.com.br>

Para katia.argina@ig.com.br <katia.argina@ig.com.br>

Cópia Soniacabral <soniacabral@seap.am.gov.br>

Data 01/06/2015 09:50

Sra. Katia Argina/Rio de Janeiro, Bom dia.

Cumprimentamos cordialmente Vossa Senhoria, oportunidade em que informamos lamentamos a sua ausência para a coleta desses dados in-loco, conforme seu pedido formulado ao Senhor Secretário de Estado da SEJUS(a época).

Diante da sua ausência e para que possamos responder o seu questionamento ON-LINE (Rio de Janeiro) será necessário que tenhamos parâmetros da sua pesquisa tais como:

1. nº de mulheres presas no Estado do Amazonas? qual o ano?;
2. nº de mulheres estrangeiras ? qual o ano?;
3. nº de mulheres grávidas ? qual o ano;
4. nº de mulheres em período de lactação? qual o ano?;
5. nº de crianças dentro das Unidades Prisionais Femininas?... etc....

Por fim, informamos que em razão da Lei Estadual nº 4.163/2015, DOE 09/03/2015, foi criada a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária-SEAP.

Sendo assim, aguardamos os parâmetros para poder responder a sua pesquisa.

Atenciosamente,

Arildo Jose de Castro Alves

Técnico em Educação

Secretaria de Estado de Administração Penitenciária-SEAP/ESAP/NEP.

Núcleo de Pesquisa e Extensão/Escola de Administração Penitenciária do Estado do Amazonas -SEAP/ ESAP/AM, criada pela Lei Estadual 3.376/2009, inaugurada em parceria com o DEPEN/MJ, em 05 de novembro de 2009 - endereço: Rua Gabriel Salgado, s/nº, CEP:69005-340, Centro - Manaus,prédio anexo ao Palácio Rio Branco, 8º andar, telefone(s) 92.215.2761, 2783 e 2780/99188.2869 - Secretaria de Estado de Administração Penitenciária- SEAP, criada pela Lei estadual 4.163/2015, DOE de 09/03/2015.

**Relatório do Comitê Estadual de Acompanhamento Avaliação e Execução dos
Direitos das Mulheres Presas e Egressas da AGEPEN/MS.**



**POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO ÀS MULHERES EM
SITUAÇÃO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE E EGRESSAS DO
SISTEMA PRISIONAL DE MATO GROSSO DO SUL**

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

2015

Nº **51**



**Pensando
DIREITO**

ipea

Secretaria de
Assuntos Legislativos

Ministério da
Justiça

BRASIL
JUSTIÇA

DAR À LUZ NA SOMBRA:

condições atuais e possibilidades futuras
para o exercício da maternidade por
mulheres em situação de prisão

MÃES PRESAS, FILHOS CONDENADOS

OS INOCENTES GERADOS NO CÁRCERE

As histórias da gravidez atrás das grades e a vida de filhos de mulheres presas

MAÍÁ MENÉZES E TATIANA PARANHOS
opais@oglobo.com.br

Uma geração invisível nasce e vive sob o estigma da prisão, mesmo plena de inocência. No país, 60% das presas têm filhos, gerados dentro ou fora da cadeia. A realidade dessas crianças, na prisão ou fora dela, nas unidades materno-infantis ou nos abrigos, ilustra como os crimes das mães e, em muitos casos, a morosidade dos ritos da Justiça deixam sequelas nas famílias.

— Muitas vezes, quando o homem é preso, a mulher é suporte. Quando a mulher é presa, a família se desfaz. A pena atinge os filhos — sintetiza a coordenadora do Fórum dos Conselhos Penitenciários do país, Maíá Fernandes.

Há, de acordo com o Ministério da Justiça, 166 crianças dentro de unidades prisionais no país. O número de grávidas não é quantificado. No Rio, desde fevereiro, as grávidas que entram na prisão dividem uma cela única, no presídio Talavera Bruce, em Bangu. Em conversa inédita, elas nararam detalhes da gravidez atrás das grades. E também no complexo que fica a cerca de um espaço sem barras que abriga bebês e mães detentas. É comum pelo país — reconhece o Ministério da Justiça — que filhos convivam com as detentas, mas no cárcere. O governo já tem pronta a primeira política pública voltada para presas, com um capítulo sobre a relação entre mães encarceradas e seus filhos.

No Talavera, são 18 mulheres, multiplicas por dois. Compartilham dias e noites de nove dos meses mais cruciais na vida feminina: o período de gravidez. E sobre ele e os filhos que estão gerando que sete delas falam com a repórter, entre apáticas, irritadas e resignadas. As detentas confirmam, com suas histórias, as estatísticas: grande parte está presa por tentar entrar em presídios com drogas. Apenas duas estão na primeira gestação. Os dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) indicam que 60% foram encarceradas por crimes relacionados ao tráfico. Desde fevereiro deste ano, as presas grávidas do Rio estão reunidas no Talavera.

Carregando no ventre um futuro incerto, como suas colegas de cárcere, e grávida do quinto filho. Lúcia, de 30 anos, está presa por ter entrado com drogas em outro presídio, em troca de dinheiro. Foi enquadrada no artigo 3.340 do Código Penal, como grande parte das 1.700 presas do sistema carcerário do Rio. Ela visitava o pai de um de seus filhos. E sua primeira passagem pela polícia. Descobriu que estava grávida na prisão.

— Eu sei que o que eu fiz não foi certo. Mas, para os meus filhos, não vou enganar a senhora, não, não vou enganar. Só sou eu por eles e eles por mim. Mas quando eu entrei no sistema (na prisão), não sabia que estava grávida, descobri aqui. Foi um desespero. Tendo direito a distância, a saudade, mas eu tento me equilibrar. Já tive um princípio de aborto, foi aqui internada quatro dias — conta Lúcia.

dia, que não vê os filhos há três meses e diz não ter tido o perdão da mãe.

Jocimara, de 32 anos, também descobriu que estava grávida na prisão. Foi flagrada em uma revista corporal num presídio masculino. Desconheu da gravidez depois de duas semanas no presídio Joaquim Ferreira de Souza, também em Bangu, e porta de entrada do sistema carcerário feminino. Além do bebê que espera, Jocimara tem outros cinco filhos — dois moravam com a avó, no Espírito Santo, e três com ela. Todos agora estão em solo capibabá. As crianças não veem a mãe há cinco meses.

Dois dos meus filhos tomavam mamadeira, tinham necessidade de comer um pão de manhã, e a gente acaba fazendo loucura. Foi tentar arrumar trabalho, mas ouvi que não ia conseguir, por causa da idade deles — conta Jocimara, que relata a sensação que teve ao descobrir a nova gravidez. — Fiquei desesperada, porque já tenho dois bebês (um de 2 anos e outro de 1).

A diretora do presídio, Andréia Oliveira da Silva, pondera que é necessário haver campanhas de prevenção à gravidez, dentro e fora da prisão. Explica que das 50 gestantes que passaram pelo presídio este ano, duas engravidaram depois de visita íntima ao paratório. As outras já chegaram grávidas à cadeia. Segundo o Ministério da Justiça, o Rio está entre os estados que aceitam crianças com mais de 6 meses no cárcere. Nenhum caso é registrado no Talavera Bruce, presídio que reúne grávidas e mães no Rio, no entanto.

Juntas numa sala do presídio, onde eventualmente fazem trabalho de artesanato, elas encontraram "dentro do poço", como define a diretora, um jeito de atravessar o período de gravidez.

A coordenadora de Gestão em Saúde Penitenciária do Estado do Rio, Yvone Pessanha, afirma que estão disponíveis às presas o pré-natal e exames como ultrassonografia. E que elas estão sujeitas ao mesmo tipo de atendimento de qualquer paciente do SUS. O parto é feito em hospital estadual. No Rio, costuma ser no Albert Schweitzer.

Kelly, de 27 anos, vive o enteredo pela segunda vez, por furto. Na primeira, chegou por seis meses com o filho, hoje de 5 anos, e passou pelo que é chamado, no sistema penal, de desligamento. O segundo parágrafo da Lei de Execuções Penais garante à mãe e ao bebê os seis primeiros meses de vida juntos. O primeiro filho foi morar com a tia, ao se esgotar o período.

A VIDA AFASTADA DA MÃE

Como se o conhecimento desde sempre, Júlio, de 27 anos, está na prisão com o filho de 5 anos, ela engravidou durante uma visita íntima. Condenada por latrocínio (roubo seguido de morte), vai passar mais 16 anos na prisão. Naquela tarde, Márcia, de 27 anos, deixava a prisão com o filho de 5 meses, no caso. Mas nem todas as presas estavam felizes com a liberdade da colega: Márcia foi presa em Recife. Maria Rafaela da



Futura. Detanta, dentro do cárcere no Talavera Bruce, envolvimento com o tráfico leva 60% das mulheres à prisão, inclusive gestantes



Pré-desligamento. Presa, carrega o filho no colo, em unidade materno-infantil no Rio

ração, Marta, a mãe do menino e filha de Antonio, passará pelo menos cinco anos sem ver a criança. Ela é uma angolana presa em São Paulo por tráfico internacional de drogas. É uma das chamadas mães.

Seu Antonio foi localizado em Angola por uma ONG que ajuda mulheres estrangeiras usadas como muletas do tráfico. Pobre, vive com outros três filhos de Marta. O angolano foi ajudado por uma igreja Batista e pelo consulado para chegar até São Paulo.

— Não acho justo que o mito fique aqui — disse seu Antonio.

Para Sandra Izilda Pereira da Cunha, administradora do Lar Vinte e Quatro, aquele "encontro-despedida" entre Antonio, Juho e Marta foi, talvez, o que mais pode se aproximar de uma história feliz no abrigo, que mantém 15 crianças, sendo seis filhos de presidiárias.

Não se sabe quantas Marias têm seus filhos em abrigos enquanto cumprem pena. Em cada presídio, a Vara da Infância e da Juventude do bairro decide o futuro das crianças. Regularmente, busca-se o parente mais próximo que possa ficar com elas. Algumas passam anos nessas instituições. Outras são adotadas por outras famílias.

Existe uma certa dificuldade porque nunca temos uma instrução sobre o que esse bebê come, se chupa chupeta, se dorme com o paninho. Um dia chegou um bebê que chorou desesperadamente. Não sabíamos mais o que fazer. A gente dava a mamadeira e ele não tomava — lembra Sandra.

*O nome da criança do abrigo é fictício.

NOS PRIMEIROS SEIS MESES, A CONVIVÊNCIA COM A MÃE NA PRISÃO

Após amamentação, filhos esperam do lado de fora cumprimento das penas

Um gramado bem aparado e um canteiro de margaridas rodeiam a casa azul que abriga a Unidade Materno-Infantil (UMI) da Penitenciária Talavera Bruce, em Bangu. Em anexo ao prédio onde ficam as celas das gestantes encarceradas, a casa azul não tem grades. Tem,

20 camas e berços acoplados, um banheiro cor-de-rosa e uma boa cozinha. Lá dentro, recém-nascidos de detentas convivem até os 6 meses de vida — depois disso, precisam esperar do lado de fora que suas mães cumpram as penas.

— Preciso controlar a ansiedade pelo desligamento para não correr o risco de o meu leite secar — diz Ana Paula, de 34 anos, mãe de Gabriel, de 21 dias.

Ana Paula dava de mamar a

seus respectivos filhos, um ambiente com paredes verde-água. Presa há seis anos, ela engravidou durante uma visita íntima. Condenada por latrocínio (roubo seguido de morte), vai passar mais 16 anos na prisão.

Naquela tarde, Márcia, de 27 anos, deixava a prisão com o filho de 5 meses, no caso. Mas nem todas as presas estavam felizes com a liberdade da colega: Márcia foi presa em Recife. Maria Rafaela da

em que esteve na UMI, mostrou-se uma mãe relapsa. Uma das funcionárias mais antigas da unidade, que prefere não dizer o nome, estava visivelmente preocupada com o futuro da indefesa Maria Eduarda. Para cada bebê que sai de Bangu, ela faz uma marca no braço com um canivete.

— A gente se apega às crianças — limita-se a dizer a agente penitenciária.

Em Recife, Maria Rafaela da

segundo parágrafo da Lei de Execuções Penais fixa em seis meses o tempo mínimo para convivência entre mães e filhos na prisão, "visando à amamentação". É essa a idade de Cauã. É esse o prazo protocolar na Colônia Penal Bom Pastor, em Recife. Hoje, Cauã convive com a mãe na cela. Mas deve ser enviado a um abrigo.

— Tenho mais três em casa, e quem toma conta é minha ex-sogra. Ela lá disse que não vai fi-

no do meu filho. Minha mãe não me visita mais porque é muito pobre, e o pai dele veio há mais de três meses — conta Rafaela, que foi presa por tráfico, aos sete meses de gestação, e nega ter cometido o crime.

Tamires Santos começou no tráfico aos 9, tornou-se mãe aos 11 e, aos 17, estava separada. Vendeu crack e maconha.

— Dormia e acordava para trabalhar. Ficar aqui dentro com o filho é difícil, mas eu procuro,

MENSAGEM DA PASTORAL CARCERÁRIA DE JOINVILLE



Katia Argina Vaz Vaz ► Pastoral Carcerária de Joinville

6 de junho às 18:38 · 🌐

Prezados Senhores

Acadêmica da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora responsável pela pesquisa "Estudo das Ações Institucionais Dirigidas às Mães Presas na abrangência das SEAP's RJ, SC e SEJUS AM", venho solicitar auxílio quanto informações deste cotidiano no Estado de Santa Catarina.

Importa esclarecer que o auxílio se dá em razão da dificuldade de obter informações no DEAP. Analisando dados do INFOPEN-Mj 12/2012 se conclui que o sistema prisional feminino não tem espaços de berçários e nem para gestantes.

Aí eu questiono: As crianças não são amamentadas (no período legal de 6 meses)? Elas ficam em celas com as mães?

O DEAP me informou que Presídio Feminino não existem crianças que compartilhem o espaço prisional. As grávidas são centralizadas no Presídio de Florianópolis?

As informações são importantes para subsidiar a pesquisa.

Respeitosamente

KATIA ARGINA FERNANDES VAZ

Acadêmica do Serviço Social

[Curtir](#) · [Comentar](#) · [Compartilhar](#)



Pastoral Carcerária de Joinville Oi, Katia, aqui em SC, precisamente em Joinville, a prisão feminina é uma ala dentro do presídio masculino. Tem berçário, onde as gestantes ficam até terem seus bebês, e depois ficam com os filhos, para amamentá-los até seis meses. Depois a criança é tirada, levada pela família, ou conselho tutelar. Espero ter ajudado. ATT Raquel Gonzaga PCRJLLE

[Curtir](#) · [Responder](#) · 2 h



Escreva uma resposta...



Escreva um comentário...

OFÍCIO nº 0651/2014/GAB/DEAP/SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL
GABINETE DO DIRETOR

Ofício nº 0651/2014/GAB/DEAP

Palhoça (SC), 22 de dezembro de 2014.

Prezada Senhora
Katia Argina Fernandes Vaz
Pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro
E-mail: katia.argina@gmail.com

Prezada Senhora,

Por ordem, venho por meio deste, encaminhar a Comunicação Interna nº574/GEJUD/2014, oriunda da Gerência Judiciária do Departamento de Administração Prisional, a qual encaminha manifestação acerca da solicitação de autorização para pesquisa em Unidades Prisionais Femininas onde mães e filhos compartilham o mesmo espaço, para conhecimento e providências elencando as Unidades Prisionais do Estado a ser objetivo de Vossa pesquisa.

Sem mais para o momento, apresento a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.

Respeitosamente,


Mauro Philippi de Oliveira

Assessor do Diretor

Departamento de Administração Prisional/SC
Portaria n.º006/GAB/DEAP/SJC, de 28.05.2013

SJC-DEAP Sistema Humanizado, Cidadania Respeitada!

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PRISIONAL
Avenida Caetano Silveira, s/n, esquina com Avenida Guilherme Scharf, Jardim Eldorado, Palhoça/SC - CEP 88133-500
Fone: (48) 3665-7310 / deap@deap.sc.gov.br